

Aprovada na sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2017

ATA NÚMERO CINCO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE BARCELOS

-----Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, reuniu, pela quinta vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de vinte de outubro de dois mil e dezasseis, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:----------INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.----------Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.----------ORDEM DO DIA.----------Ponto único – Análise da situação do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Barcelos.----------Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:----------Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Martins da Silva, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Paula Carreira Gonçalves Moreira, Ana Rita da Silva Torre, Anselmo Miranda Vasconcelos, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Francisco dos Santos Rocha, António Gomes Silva, António Joaquim da Costa Lima, António Salomão Silva Rodrigues, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira da Costa, Armindo Manuel Costa Vilas Boas, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias,



Bruno André Torres Macedo, Cândido da Silva Gomes, Casimiro da Silva Rodrigues, Daniel Martins de Brito, Daniela Filipa Cardoso Miranda, David Alberto Lemos de Sousa, David José Pereira de Carvalho, David Pimenta Vilas Boas, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Domingos Miguel Magalhães Ferreira, Duarte Nuno Cardoso Amorim Pinto, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Fernando Gomes Alves, Fernando José Gonçalves Pinto, Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis, Filipa Leonor de Oliveira Morais Caridade, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Florinda Oliveira Bogas, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva dos Santos Guimarães, Hélder Manuel Antunes Nogueira, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilídio Morais Rodrigues, Jaime Manuel Faria Dantas, João Alberto Novais Alves, João Batista Gonçalves Abreu, João Macedo Lourenço, João Paulo Pereira Dias, João Rodrigues Martins, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Alberto Martins Barbosa, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel de Mesquita Fernandes, Jorge Manuel Oliveira Cruz, Jorge Manuel Oliveira Fernandes, José Alves Peixoto, José António Gomes Coelho, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Gomes dos Santos Novais, José Gonçalves de Araújo Silva, José Ilídio da Silva Torres, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel da Costa Cunha, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Alves da Fonte, José Maria Cruz Batista, José Miguel Rodrigues Durães, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, Juliana Raquel Oliveira Campos, Júlio Arménio Martins da Silva, Leonel Gonçalves Vila-Chã, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel João Nunes Garcia, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel



Jorge Macedo Esteves, Manuel Maria dos Santos Maciel, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria da Conceição Gonçalves Lopes Pereira, Maria Elisabete Fernandes Cunha, Maria Isabel Sá da Venda, Maria Manuela da Silva Gomes de Sá Oliveira, Maria do Sameiro Gomes Cunha Serra, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Marta Catarina da Costa, Miguel Nuno Olim Marote Henriques, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Miguel Ramos Lima, Raquel Sofia Rodrigues Marques, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sandra Isabel Coutada Teixeira, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Vasco André Gomes de Deus Real.----------Faltaram os seguintes membros:------Faltaram os seguintes membros:-------------Carlos Alberto Oliveira Sousa, Hélder Duarte Grácio Tomé, Isabel Maria Pereira dos Santos, Maria José Correia Simões, Natalina de Sá.-----------INÍCIO DOS TRABALHOS-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos.-----------Vou dar início a esta Assembleia Municipal extraordinária, já temos quórum, agradecia silêncio.----------Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimas Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social e todos os Cidadãos que também nos seguem pela internet.-----------Vamos dar início a esta Assembleia Municipal extraordinária, temos uma inscrição no período reservado à intervenção do público, que passo



imediatamente a chamar o cidadão senhor José Cândido Cordeiro Linhares, da freguesia da Silva.----------Senhor José Cândido, faz o favor de tomar a palavra.----PÚBLICO – José Cândido Cordeiro Linhares – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Presidente da Câmara Municipal de Barcelos e demais Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados desta Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a todos muito boa noite.---------Como já foi referido pelo senhor presidente da Assembleia, o meu nome é José Linhares, sou natural e residente na freguesia da Silva, deste concelho.----------Não teria a ousadia de subir a esta tribuna e molestar-vos com esta intervenção se o assunto que aqui me traz, diverso do da agenda de hoje, não fosse de grande importância para o povo da freguesia da Silva.-----------Para não abusar da vossa paciência, vou procurar, muito sucintamente, pôr-vos ao corrente do problema que nos afeta:----------Na linha-férrea do Minho, frente à igreja paroquial da Silva, existia uma passagem de nível sem guarda, que assegurava o trânsito rodoviário e pedonal entre as duas partes da freguesia, cortada pela via-férrea. Porque esta passagem de nível não oferecia condições de segurança, tendo em vinte e três de março de mil, novecentos e setenta morrido três pessoas num carro colhido pelo comboio, ferindo gravemente o quarto passageiro do automóvel, e tendo entretanto ocorrido vários acidentes, felizmente sem mais mortes. Depois de muita insistência das sucessivas Juntas de Freguesia e pressão da população da Silva, esta passagem foi suprimida em julho de dois mil e um e, em substituição, construído um viaduto a uns cinquenta metros desta, com a promessa de feitura de uma passagem pedonal inferior, no sitio da passagem suprimida. Esta



promessa não mais passou disso mesmo – promessa – até aos dias de hoje.----------Temos cópia da carta da Junta de Freguesia de então, datada de dez de março de dois mil e cinco, que acompanhou um abaixo-assinado, enviado à REFER e na qual refere carta de seis de novembro de dois mil e três, alertando para a gravidade da situação e pedindo o cumprimento da promessa da construção da passagem pedonal em falta, sem qualquer resultado.----------Refira-se que as pessoas a pé nunca deixaram de utilizar o local da passagem de nível suprimida, cruzando a linha com grandes riscos de segurança (ainda há umas semanas atrás um comboio que circulava no sentido ascendente teve de parar para não colher um idoso que várias vezes ao dia ali passa) e isto não acontece por teimosia ou estupidez das pessoas! Isto acontece porque o viaduto construído a cinquenta metros a montante, e que a REFER aponta como alternativa pedonal, tem uma inclinação de pavimento de dezasseis por cento, o que não permite a utilização quer a pessoas idosas e/ou debilitadas, quer a cadeiras de rodas, a menos que movidas por tração mecânica! Por outro lado, refira-se que concretamente a igreja paroquial ou o Centro Social distam cinquenta metros de algumas casas. A ser utilizável, o viaduto obriga a percorrer uma distância de cerca de trezentos metros, o que, para pessoas com dificuldade de locomoção, é distância significativa!-----------Cansados desta situação, e preocupadas com esta permanente ameaça, em abril de dois mil e quinze, várias pessoas, em Assembleia de Freguesia, questionaram a Junta de Freguesia sobre o assunto, tendo o senhor presidente da Junta informado ter enviado vários ofícios à REFER pedindo a solução do problema, sem que no entanto tenha conseguido a solução ou tampouco manifestação de interesse por quem de direito.----------Aí, os populares participantes nesta Assembleia de Freguesia, decidiram criar uma comissão, da qual faço parte e por isso aqui estou, para promover um



abaixo-assinado a entregar à Junta de Freguesia que o faria chegar a quem de direito. Este abaixo-assinado, que colheu oitocentas e trinta e sete assinaturas, foi entregue à Junta de Freguesia em vinte e quatro de maio de dois mil e quinze, que o remeteu à REFER em nove de junho de dois mil e quinze.----------Em catorze de setembro de dois mil e quinze, a comissão do abaixoassinado pediu à REFER resposta ao abaixo-assinado, já que a Junta de Freguesia não tinha recebido qualquer resposta.----------Recebemos resposta da REFER, por carta de catorze de outubro de dois mil e quinze, dizendo, entre outros considerandos, que "Sendo a questão da acessibilidade um assunto de mobilidade urbana, reiteramos que a solução pretendida deve ser proposta à Câmara Municipal de Barcelos, entidade com competência para promover o respetivo desenvolvimento".----------Enviámos cópia desta carta ao senhor presidente da Câmara de Barcelos, em dois de novembro de dois mil e quinze, solicitando que se de facto a solução fosse da responsabilidade da Câmara de Barcelos, tal fosse tratado com a urgência que merece. A esta carta, recebemos resposta da Câmara de Barcelos, assinada pelo senhor vereador doutor Alexandre Maciel, "aprovada pelo senhor presidente, por despacho de vinte e sete de novembro de dois mil e quinze", reconhecendo, com vários considerandos, a legitimidade da nossa reivindicação, mas dizendo que "O espaço em causa encontra-se sob jurisdição da REFER e portanto é esta entidade que compete resolver o assunto".----------Por carta de dez de dezembro de dois mil e cinco, enviámos a resposta da Câmara de Barcelos à Infraestruturas de Portugal e em seis de março de dois mil e dezasseis pedimos à Infraestruturas de Portugal resposta a esta nossa carta de dez de dezembro. Do gabinete do senhor secretário de Estado das Infraestruturas, datada de vinte e nove de março de dois mil e dezasseis, recebemos a seguinte resposta: "Informamos Vossa Excelência de que a



Infraestruturas de Portugal encontra-se disponível para agendar uma reunião com a Câmara Municipal de Barcelos, por forma a serem discutidas/avaliadas soluções conjuntas para a questão exposta. Mais informamos de que essa intenção foi comunicada pela Infraestruturas de Portugal à Câmara Municipal de Barcelos a dezasseis de fevereiro de dois mil e dezasseis conforme cópia da carta que se anexa".----------Por carta de dez de abril de dois mil e dezasseis, enviámos ao senhor presidente da Câmara de Barcelos cópia desta correspondência, disponibilizando-se a comissão do abaixo-assinado para se tal lhes fosse permitido participarem na reunião a agendar; em vinte e cinco de maio, vinte e sete de junho e oito de setembro pedimos por carta, sem sucesso, ao senhor presidente da Câmara resposta à nossa carta de dez de abril.-----------A última diligência feita pelos promotores do abaixo-assinado foi, em Assembleia de Freguesia, fazer o ponto da situação, tendo a Assembleia por unanimidade aceitado escrever ao senhor presidente da Câmara de Barcelos, dando-lhe conhecimento da discussão havida sobre o assunto e pedindo-lhe para agendar a reunião com a Infraestruturas de Portugal. A carta do presidente da Assembleia de Freguesia seguiu no dia seis de outubro passado, não havendo ainda qualquer resposta. Ficou também decidido por unanimidade entregar a cada grupo parlamentar com assento na Assembleia Municipal de Barcelos cópia da carta na qual era pedida pela Infraestruturas de Portugal a reunião com a Câmara Municipal, o que também foi feito.----------Sinto que é fastidioso, para o que peço desculpa a Vossas Excelências, referir tantas cartas e tantas datas, mas de outra forma seria difícil explicar a razão desta intervenção! A falta de uma resposta e sobretudo o silêncio da Câmara de Barcelos à proposta de reunião com a Infraestruturas de Portugal continua a motivar a falta de solução para o problema que nos afeta, situação



que o povo da Silva não merece!
Quero ainda referir que muitas das insistências que temos feito se
baseiam em notícias que os semanários locais (e não só) têm veiculado, de
melhoramentos na linha do Minho, que a concretizarem-se antes da feitura da
passagem pedonal em promessa dificultarão uma posterior construção da
mesma
Para terminar, pedir a esta prestigiada Assembleia que, nos meandros
onde se decide a política, conhecedores agora da justeza desta reivindicação,
não deixem de a apoiar quando para isso tenham ensejo! E, se dúvidas houver,
face ao exposto, desde já se agradece, as possam tirar visitando o local em
questão
Por último, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara de Barcelos,
pedindo-lhe que não tome esta iniciativa como uma afronta ou uma
provocação, antes como uma urgente necessidade de resposta, perguntar-lhe:
Será que a correspondência da qual temos cópia, registo e aviso de
receção não chega ao conhecimento de Vossa Excelência?
Porquê a falta de resposta quer a nós, quer aos órgão autárquicos, quer à
Infraestruturas de Portugal?
Tem Vossa Excelência presente que a não realização da reunião pedida
pela Infraestruturas de Portugal está a privar a população da Silva de uma
reconhecida, necessária e urgente infraestrutura?
Ver-nos-emos forçados a usar formas reivindicativas menos ortodoxas
para sermos atendidos num assunto que deveria merecer outro empenho de
Vossa Excelência?
Esperamos, senhor presidente, sinceramente, em breve poder beneficiar
do seu interesse e empenho para ver este grave assunto que nos afeta seja
resolvido



A todos os presentes um muito obrigado que o e de toda a população da
Silva
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor José Cândido Linhares.
Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra para esclarecer algum
assunto relacionado com esta intervenção?
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores
Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes
de União e de Freguesia, Caros Cidadãos, um cumprimento especial a quem nos
acompanha na web
Eu quero dizer ao cidadão senhor José Linhares que naturalmente não
considero uma afronta aquilo que veio fazer. Considero um direito e é um
direito que está consagrado na lei que os cidadãos podem e devem reivindicar
aquilo que entendem como sua legitimidade. Portanto, quero garantir ao
senhor José Linhares que não vejo isto como uma afronta, mas de facto um ato
de alguém que está preocupado
Eu naturalmente não vou responder aqui a esta questão especificamente
porque foram lançados aqui uma série de dados dos quais, como
compreendem, não tenho neste momento condições de responder, recordo-me
que esta matéria já passou na minha mão e dizer naturalmente ao senhor José
Linhares que se ainda não recebeu resposta provavelmente isto está nos
serviços técnicos para eventualmente identificar alguma necessidade da
situação. E não está aqui naturalmente em questão também um pedido de
reunião ao senhor secretário de Estado. Aquilo que me parece, e permita-me
esta expressão, é um bocadinho o jogo do empurra, empurra, porque de facto
isto é da responsabilidade da REFER, mas, enfim, vai-se empurrando. A Câmara



esta naturalmente interessada em tentar solucionar este tipo de problemas
Dizer-lhe também que sei de certeza absoluta que a informação que eu
tenho é que na intervenção que vai ser feita na requalificação da linha do
Minho, que é a eletrificação da linha e a mudança de carril e outro tipo de
intervenções, penso que estará esta situação balizada e identificada para ser
solucionada
De qualquer forma, como digo, tenho alguma ideia deste processo, de
facto é um processo moroso, pelo que eu percebi já vem de dois mil e três, e
aquilo que eu posso dizer ao senhor José Linhares é que vou naturalmente
identificar aquilo que acabou de me transmitir aqui e tentar ajudar naquilo que
estiver ao meu alcance, porque isto aqui só há uma forma: é fazer pressão
política por quem tem que corresponder a esta infraestrutura
Mas quero-vos dizer também que há aqui uma dificuldade acrescida
naquilo que é considerado uma mega empresa que é a Infraestruturas de
Portugal. A partir do momento que se fez a fusão das diversas áreas das
Estradas de Portugal com a REFER há dificuldades de operacionalidade da
própria empresa, penso eu que tem a ver com a dimensão da própria empresa
De qualquer forma, para ter uma ideia, só para me enviarem um
protocolo para se fazer uma obra na freguesia de Aborim demorou meses e
meses e meses. Portanto, eu vou-me inteirar naturalmente junto das
Infraestruturas de Portugal e ter o cuidado, de junto do senhor secretário de
Estado, tentar identificar em rigor este problema e tentar ajudar naquilo que
estiver ao nosso alcance
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara
Vamos então passar ao período da ordem do dia!
SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto único – Análise da situação do Contrato de



Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Barcelos.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.----------Como sabem, por minha iniciativa, conforme está consignado no regimento, e depois de ouvido também a opinião dos colegas da mesa, iniciámos a diligência de ouvir os líderes dos grupos municipais no sentido de marcar esta Assembleia Municipal extraordinária.-----------Demos depois os seguintes passos:-----------Reunimos com os líderes dos grupos municipais, manifestei a minha opinião, que foi corroborada pelos presentes, exatamente no exercício exclusivo das minhas funções que está previsto no ordenamento jurídico das autarquias locais, em que tenho que procurar defender os interesses dos cidadãos do concelho, que havia informação contraditória da autoria do senhor presidente da Câmara e que o direito de informação estava a ser escamoteado desde logo aos membros do executivo, senhores vereadores, e também a nível da Assembleia Municipal. E, como sabem, o direito à informação é um direito que pertence à Assembleia Municipal, o direito de acompanhar a atividade e a fiscalização da Câmara, do executivo. Pertence à Assembleia Municipal, conforme está consignado no Decreto-Lei de doze de setembro de dois mil e treze, no seu artigo vinte e cinco, "competências de apreciação e fiscalização", e diz no seu ponto número dois "Compete ainda à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal...". Depois também "Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da Câmara Municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização".-----



-----Também foi consensual a nível da reunião conjunta com os líderes dos grupos municipais de prosseguir com esta iniciativa, que imediatamente no dia seguinte procedi à assinatura do edital e tive a preocupação de às nove e vinte ligar para o senhor presidente da Câmara, não me atendeu, mas depois acabámos por falar da parte da tarde e transmiti exatamente isto ao senhor presidente da Câmara.-----------Dado que na última Assembleia Municipal ouvimos aqui falar, ipsis verbis, que iria haver o recurso ainda que fosse necessário para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, depois ouvimos notícias no sentido que ia acionar a cláusula do acordo de princípio celebrado com os acionistas em novembro de dois mil e quinze, aliás, acordo este, como os senhores deputados se recordam, que veio aqui depois à Assembleia Municipal, depois houve recurso para o Tribunal Constitucional que efetivamente se concretizou e eu próprio manifestei ao senhor presidente da Câmara, embora ele discordasse, que a informação não estava a ser transparente e eu expus-lhe desde logo a minha opinião.-----------Após a convocatória, o senhor presidente da Câmara também referiu outro assunto muito peculiar, que era um negócio secreto e que não poderia ir à Assembleia Municipal. Eu até lhe dei o exemplo: "O senhor presidente da Câmara recorda-se que na Assembleia da República foi o caso do Banif". O senhor presidente disse: "Ah, mas isso é entidades públicas". Eu disse: "Não, quem comprou o Banif foi uma entidade privada, foi o Banco Santander, e o assunto foi discutido na Assembleia da República, foi transmitido nas televisões em direto". O senhor presidente da Câmara manifestou alguma preocupação, que pudesse vir a ser enxovalhado nesta Assembleia Municipal, o que eu desde logo garanti, no âmbito das minhas funções, eu e a mesa, que se iria aqui discutir questões políticas e que não tivesse preocupado em relação a isso.----------Entre outras coisas secundárias para o tema que o senhor presidente da



Câmara mencionou, eu tomei a iniciativa de pedir ao senhor presidente da Câmara Municipal de Barcelos a informação, conforme ofício que lhe enviei, à AdB, Águas de Barcelos, o interlocutor neste negócio, ao Tribunal de Contas e ao professor doutor João Duque que também tinha elaborado um estudo, um contrato que, aliás, é público, da plataforma, e não é o único contrato que, em relação a este tema, o senhor presidente da Câmara recorreu, e muito bem, a pareceres externos. Isto como foi feito em tempo recorde, no dia recebi as respostas do senhor presidente da Câmara e da AdB na véspera do feriado, segunda-feira, ao meio da tarde, e na quarta-feira transmiti todas as informações escritas recebidas aos líderes dos grupos municipais.----------Entretanto, com surpresa minha, verifico que o Jornal de Notícias de um de novembro de dois mil e dezasseis, em fotocópia que já entreguei aqui aos senhores vereadores que ainda desconheciam e fotocópia que vai ser entregue a todos os senhores deputados aqui presentes na altura que eu considerar mais própria, o senhor presidente da Câmara diz isto: "O presidente da Câmara de Barcelos lamenta os dez mil euros que o erário público vai pagar por uma Assembleia Municipal extraordinária "completamente inócua", convocada expressamente para "analisar" o dossiê do resgate da concessão da água". Depois, ipsis verbis, diz o senhor presidente da Câmara: "São dez mil euros que vão ser gastos numa sessão que, em boa verdade, não vai, nem pode dar, em nada" – dá-me vontade de imitar aqui a voz de Oliveira Salazar –, "referiu Miguel Costa Gomes à Lusa".-----------De facto, senhor presidente da Câmara, estas suas declarações eu rejeito-as completamente e efetivamente figuei chocado com elas. E lamento que de facto, em relação a este processo, o senhor presidente da Câmara acha que não deve ouvir os deputados da Assembleia Municipal! Aliás, num esforço de memória muito simples, o senhor presidente da Câmara, quando foi a



discussão em novembro de dois mil e quinze na reunião do executivo e quando vários vereadores lhe pediram elementos, o senhor recusou-se e disse que era uma criancice e os senhores vereadores acharam-se ofendidos e saíram dessa reunião. O senhor presidente da Câmara parece que gostaria de decidir isto solitariamente, mas não vai decidir isto solitariamente, senhor presidente da Câmara! E o que é ainda mais grave é que o senhor presidente da Câmara parece que desconhece a legislação, parece que desconhece o ordenamento jurídico das autarquias locais e parece que não pratica a ética democrática em relação, pelo menos, a este caso concreto.-----------Na sequência disto, o senhor presidente da Câmara, e eu perguntei ontem ao senhor presidente da Câmara por escrito se efetivamente após a carta da AdB, Águas de Barcelos, de três de outubro... ó senhora vice-presidente, a senhora está-se a rir não sei porquê! A senhora vice-presidente devia ter mais respeito pelo presidente da Assembleia Municipal! Desculpe, eu estou a falar com a senhora vice-presidente! A senhora vice-presidente não está a ter uma postura que deve dignificar a Assembleia Municipal! Desculpe! Este tema não é para rir, senhora vice-presidente! Se calhar seria para chorar!-----------O senhor presidente da Câmara respondeu-me a um ofício que lhe enviei ontem, se após a última carta de três de outubro da AdB haveriam acontecimentos ou factos importantes para o desenrolar deste negócio. O senhor presidente da Câmara respondeu-me por ofício, eu pedia um limite até hoje, às catorze horas, que o senhor presidente da Câmara respondeu, que diz o seguinte (e isto é importante!): "Em referência ao ofício de Vossa Excelência acima mencionado, incumbe-me o senhor presidente da Câmara Municipal de Barcelos de informar que a Câmara Municipal e os acionistas da empresa Águas de Barcelos, S.A., alcançaram um acordo de natureza verbal quanto ao contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de



abastecimento de água e saneamento de Barcelos.----------O referido acordo está neste momento em apreciação por parte dos técnicos e juristas do município e das empresas acionistas".----------Portanto, aparentemente a partir do dia um de novembro ou a partir de finais de outubro o senhor presidente da Câmara já fez um acordo de natureza verbal. E eu fiz imediatamente a pergunta por escrito, por ofício, aliás, os líderes dos grupos municipais têm esse ofício, a pedir uma resposta ao senhor presidente da Câmara – que não deu – até às dezanove horas, a dizer em que data e qual é o teor desse acordo. Assunto este que eu agora espero que o senhor presidente da Câmara, que não me deu resposta por escrito, tenha oportunidade de o fazer, pois vou-lhe imediatamente passar a palavra.----------O senhor presidente da Câmara, de acordo com o que foi estipulado na reunião de líderes municipais, terá, digamos, com alguma flexibilidade, dez minutos para falar, com alguma tolerância; depois cada um representante dos grupos municipais terá a intervenção habitual de seis minutos; depois o senhor presidente da Câmara terá novamente a oportunidade para responder. Esta é a primeira ronda. E depois da primeira ronda, haverá uma segunda ronda em que cada deputado municipal se pode inscrever, que assim o pretenda, por um período de três minutos e que novamente depois terá a intervenção do senhor presidente da Câmara e em seguida procederei ao encerramento da Assembleia Municipal.----------Senhor presidente da Câmara, faz favor.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Senhor presidente, esta tentativa que Vossa Excelência fez agora lamento-a profundamente. Vossa Excelência terá que perceber que todos nós temos direitos e obrigações. Esta forma acintosa como apresentou esta questão, falando em informação contraditória, transparência que estava a ser



escamoteada... Senhor presidente, eu não vou entrar em diálogos com Vossa Excelência porque entendo que não o devo fazer. Aquilo que eu esperava era uma relação institucional sã, aberta e frontal. E ela de facto ficou aqui demonstrada que não é possível. Eu só quero lamentar, assumo inteiramente essas declarações que o incomodou tanto no JN, disse-a em consciência porque entendo e tenho opinião, senhor presidente, o senhor não é o dono, eu tenho a minha opinião enquanto cidadão, enquanto autarca, disse-o porque entendo que havia outros instrumentos e outra forma de evitar fazer esta Assembleia. Vossa Excelência convocou uma Assembleia não para decidir mas para analisar. E aqui o digo e continuo a dizer, e reafirmo se Vossa Excelência assim o quiser, de que não valia a pena gastar cerca de dez mil euros nesta Assembleia quando podíamos ter feito de uma outra forma. É evidente que o senhor presidente tem um calendário político próprio. Respeito, é a sua opinião. Agora não vai conseguir que eu me exalte aqui de espécie nenhuma, estou aqui de forma frontal, responsável, a responder, se me for possível, a todas as questões que me apresentam.-----------De qualquer forma, dizer-se aqui que o presidente da Câmara nunca respondeu ao presidente da Assembleia ou escamoteou informação, usando uma expressão violentíssima de secreto. Senhor presidente, eu não tenho nada de secreto. Se Vossa Excelência tem é problema de Vossa Excelência, não é meu. Eu nunca fiz negócio secreto nenhum, percebo o horizonte e a vontade que o senhor presidente tem, mas não há nada de secreto. E faço aqui um apelo para que as pessoas percebam que numa mesa de negociações há que ter respeito por quem está sentado à nossa frente. Vossa Excelência tem essa experiência e naturalmente perceberá muito bem aquilo que eu lhe disse.----------O senhor presidente falou agora numa coisa extraordinária! O senhor vereador Domingos Pereira, na reunião de Câmara que foi feita extraordinária



no âmbito da submissão do plano e orçamento, na passada segunda-feira, perguntou-me objetivamente se havia um acordo entre os acionistas e eu disselhe que havia um acordo verbal. O que é que isto quer dizer, senhor presidente? Temos estabilizado verbalmente aquilo que pode ser uma solução de futuro. Dizer aqui que eu quero esconder o acordo?! Que não quero mostrar aos senhores deputados esse acordo?! Senhor presidente, lamento, eu sei muito bem aquilo que diz a Lei setenta e cinco e sei muito bem porque é uma das condições desse acordo verbal, que ainda não está traduzido a escrito pela sua complexidade, que tenho que trazer ao órgão executivo e à Assembleia para discutir e decidir. Não é o presidente da Câmara que vai decidir. Portanto, senhor presidente, não crie confusão onde ela não existe.----------Agora, senhoras e senhores deputados, senhores e senhores presidentes de Junta, caros cidadãos, expliquem-me como é que eu vou responder ao senhor presidente da Assembleia que me faz este pedido, com esta autoridade que faz, muito bem, é a sua autoridade e fica com a sua atitude. É pena que o senhor presidente não seja tão legalista noutras coisas que diz a Lei setenta e cinco. E pede-me isto: "informe até às dezanove horas do dia de hoje". Penso que o senhor presidente só hoje é que soube do acordo verbal, no entanto, diz que ouviu na imprensa. O senhor presidente dá muita importância à imprensa. Mas aqui diz: "informe até às dezanove horas do dia de hoje o teor e a data do acordo de natureza verbal". Eu penso que qualquer um de nós facilmente vê que se é um acordo verbal eu não posso, a não ser que eu esteja aqui a falar, só que os acionistas que representam a parte da Somague e da ABB não estão aqui presentes. E, senhor presidente, eu não lhe posso apresentar nada que não está traduzido a escrito. Se é um acordo verbal não está ainda traduzido a escrito. Por isso é que se responde a Vossa Excelência dizendo que está na mão dos juristas externos do município, que estão a preparar o acordo com os juristas,



com a estruturação, senhor presidente, que é necessário e obrigatório por lei.--------Eu quero aqui dizer que qualquer acordo que venha a ser decidido e aprovado em reunião de Câmara e nesta Assembleia, porque é obrigatório passar por aqui, a lei assim o diz, tem que ser formalmente feito de forma a que uma entidade, senhor presidente, chamada ERSAR, que é a entidade reguladora da água e saneamento, aprove o documento. Nós executivo municipal, nós Assembleia Municipal não temos o poder de alterar aquilo que será uma decisão unilateral da ERSAR porque tem poder de parecer vinculativo. O que é que eu quero dizer com isto? Se nós não estruturarmos os documentos de acordo com aquilo que são as regras da legislação que regulamenta a ERSAR, não adianta nós aprovarmos seja aquilo que for porque a ERSAR chumba. E se a ERSAR chumba, chumba o Tribunal de Contas.----------Portanto, senhor presidente, estas apetências destas ansiedades que andam no ar eu não vou entrar nisso. Farei e tratarei deste processo com a serenidade e a responsabilidade que me é exigida no cargo que ocupo.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara.-------Só queria dizer que eu não disse que li na imprensa. Eu tomei conhecimento pelo seu ofício. Eu tomei conhecimento pela imprensa dos dez mil euros que o senhor diz que vão ser gastos para nada.----------Tem a palavra o senhor deputado José Paulo Matias, do Partido Socialista.----------Foi estipulado que era por ordem decrescente da representação municipal.-----**DEPUTADO DO PS – José Paulo Matias** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas



Senhoras e Meus Senhores
Não posso deixar de iniciar a minha intervenção sem uma referência e
agradecimento ao senhor presidente da Assembleia Municipal por ter a feliz
iniciativa de convocar esta sessão extraordinária para análise da situação do
contrato de concessão referente à água e saneamento em Barcelos. Não se
trata de um desperdício como alguém disse, pois a democracia tem um preço e
os seus custos não se podem comparar com outras despesas de necessidades
duvidosas. Nem a vontade de esvaziar esta Assembleia com fait divers e
anúncios de acordo de última hora nos desmotivam
Esperamos sair daqui mais informados e esclarecidos sobre este dossier
pois temos a certeza que o secretismo evidenciado ultimamente e a falta de
debate democrático e respeito pelas instituições não ajudam a resolução do
litígio e prejudica os barcelenses. Queremos que esta sessão seja útil e
proveitosa uma vez que se tornou necessária e imperiosa. Não pode ser inócua,
como o senhor presidente da Câmara anunciou
Vou dividir a minha intervenção em duas partes:
Primeiro, uma análise sobre os documentos disponibilizados pelo senhor
presidente da Assembleia (Águas de Barcelos e do Município) e alguns recortes
de jornais
E uma segunda parte com perguntas ao senhor presidente da Câmara,
objetivas e que espero clarificadoras para as quais desde já agradecemos
respostas também diretas e objetivas
Primeiro – O processo negocial desde seis do cinco de dois mil e
dezasseis foi um fracasso já que não surtiu qualquer efeito prático a não ser
criar confusão, mentira e contradições
Sabemos que a seis do cinco de dois mil e dezasseis estavam em cima da
mesa e a ser negociadas duas opções: resgate por oitenta e sete milhões de



acordo com deliberação desta Assembleia de novembro de dois mil e quinze ou a aquisição de setenta e cinco por cento do capital da Águas de Barcelos detidos pela Somague e Hidurbe por trinta e sete milhões de euros. Não sabemos porque não foi dado andamento a estas opções e o senhor presidente optou por procurar soluções alternativas.-----------Verificamos também que demorou mais de dois meses para contratar o estudo ao professor João Duque que em seis do cinco de dois mil e dezasseis tinha o procedimento de ajuste direto para o efeito pronto a ser lançado no imediato.---------Outros factos:----------O senhor presidente declarou que a ERSAR chumbou a proposta de aquisição dos setenta e cinco por cento do capital social e a ERSAR desmentiu por escrito que tivesse emitido qualquer parecer que fosse relativo a essa aquisição, uma vez que não lhe foi solicitado nenhum parecer e nem nos últimos cinco meses foi emitido nenhum parecer da ERSAR sobre a concessão dos serviços de abastecimento e saneamento de águas residuais cometido à AdB. Isto é uma mentira e fica mal ao senhor presidente.-----------Verificamos que a Águas de Barcelos e os acionistas da mesma declararam inequivocamente que o acordo de resgate celebrado em novembro de dois mil e quinze cessou os seus efeitos em vinte e oito de setembro de dois mil e dezasseis.----------Por isso, a missiva enviada pela Câmara Municipal de Barcelos em vinte e sete de setembro de dois mil e dezasseis (documento dez) a acionar o resgate é um acto de desespero já que é contraditório e confuso, como dizem os acionistas, uma vez que quer o melhor dos "dois mundos": o resgate nos termos do contrato mas com o valor do acordo de novembro de dois mil e quinze. Parece-nos até que ao dar início ao procedimento administrativo conducente ao



resgate e uma vez que não pode baseá-lo no acordo de princípios de dois mil e
quinze já caducado está a atirar o município para o resgate contratual que
implica o pagamento de uma quantia próxima de cento e noventa e quatro
milhões
É uma imprudência que pode custar caroÉ
Pensamos ainda que o senhor presidente da Câmara não tem poder para
decidir a aquisição de uma participação no capital social da AdB. Essa aquisição
obriga ao cumprimento dos seguintes trâmites:
Estudos técnicos (plano de projeto, ótica do investimento, da exploração
e do financiamento, demonstração da viabilidade económico-financeira,
demonstração dos ganhos da qualidade e racionalidade);
Comparador público – estamos perante uma parceria público-privada e,
por conseguinte, sujeita ao regime jurídico da mesma que obriga à realização de
estudos de viabilidade económico-financeira, modelo de partilha do risco,
modelo de financiamento e comparador público, ou seja, tem de ser
demonstrado que esta será sempre a melhor solução do leque das possíveis;
Aprovação em reunião de Câmara;Aprovação em reunião de Câmara;
Aprovação em sessão da Assembleia Municipal;
Fiscalização prévia ("visto") do Tribunal de Contas;
Comunicação à DGAL e à IGF
Sem isto, senhor presidente, estamos perante prepotência ou em
linguagem popular "a pôr o carro à frente dos bois"
Neste ponto queria ainda realçar que a documentação disponibilizada é
manifestamente insuficiente e não cumpre o que foi solicitado pelo senhor
presidente da Assembleia Municipal:
Não disponibilizou todas as comunicações com a AdB e seus acionistas;
Não disponibilizou todos os estudos do professor João Duque:



Não apresentou o historial do processo de negociação
Por último, dizer-lhe que o teor das missivas da Somague e da ABB que
recebemos atacam frontalmente a postura do senhor presidente e denunciam
contradições, confusões, mentiras e a caducidade do acordo celebrado em
novembro de dois mil e quinze
Parece-nos por tudo isto e porque não encontramos em nenhum
documento a preocupação de resolução célere do processo – a sensação do
quanto mais tarde melhor que só prejudica os barcelenses e especialmente
aqueles a quem ainda não chegou a rede de água e saneamento, e são muitos –
que é necessário mudar de rumo e acho que com o senhor Miguel Costa Gomes
já não será possíveljá não será possível
Agora, a segunda parte: as questões
Primeira – O que fez parar a negociação do resgate ou aquisição dos
setenta e cinco por cento e optar por uma terceira solução, parceria público-
privada, quarenta e nove por cento do município e cinquenta e um por cento da
Somague Ambiente e da Hidurbe, divulgada pelo documento treze fornecido
pelo município a esta Assembleia?
Segunda – O que levou a mentir com um suposto parecer da ERSAR para
não dar seguimento ao acordo para aquisição de setenta e cinco por cento do
capital social da AdB uma vez que em seis do cinco de dois mil e dezasseis
confirmou estarem fechadas as negociações para tal e a Somague e Hidurbe no
mesmo documento de três do dez ainda admitem essa solução?
Terceira – Que respostas ou contactos estabeleceu com os acionistas da
AdB antes de quinze do dez já que estes apresentaram propostas de solução
desde que respondidas até essa data?
Quarta – Porque é que acionou o resgate e andou a negociar uma
solução diferente, designadamente a aquisição de guarenta e nove por cento do



capital da AdB?
Quinta – É verdade ou mentira o que é dito hoje no Jornal de Notícias de
que "uma fonte do município garantiu ao Jornal de Notícias que seria assinado
ainda ontem o acordo para a Câmara adquirir quarenta e nove da AdB"?
Sexta – De onde surgiu a ideia de comprar quarenta e nove por cento do
capital social? Não foi o senhor presidente que pediu expressamente ao
professor João Duque para estudar essa solução?
Sétima – Não parece ao senhor presidente contraditório estarmos contra
uma parceria público-privada com a qual mantemos um litígio em tribunal e
avançar com a proposta de uma outra? Os barcelenses entenderiam isso?
Oitava – Por fim, o senhor presidente informou hoje mesmo que já há um
acordo verbal com os acionistas. Quer informar esta Assembleia do que se
trata?
Parece-nos que se esgotou por completo a sua credibilidade. Não quer
fazer o favor de mostrar alguma dignidade e demitir-se a bem de Barcelos?
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Eu estava aqui a controlar com o cronómetro e dei cerca de dois minutos
de tolerância. Portanto, para outros grupos municipais que venham a intervir
saibam que também vão ter a mesma tolerância se considerarem
indispensável
Tem a palavra o senhor deputado José Novais, do PSD
DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Secretários da
Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores
Presidentes de Junta, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas,
Barcelenses
Ponto um – Entre dois mil e cinco e dois mil e nove, todo o investimento



(e é importante dizê-lo, foram dezenas de milhões de euros) em redes de água e
saneamento foi feito por conta da AdB, para fazer a cobertura do concelho em
noventa por cento de rede de água e em setenta e cinco por cento de rede de
saneamento
Em onze de outubro de dois mil e nove realizaram-se eleições
Durante toda a campanha eleitoral, o Partido Socialista fez da questão da
água e dos ramais de saneamento a sua principal bandeira eleitoral. De resto,
como todos sabemos, o PS prometeu mesmo baixar os preços da água e da
ligação dos ramais em cinquenta por cento
Concluído o período eleitoral, os barcelenses julgaram a gestão do PSD
no município de Barcelos e castigaram com uma derrota eleitoral
Sete anos depois, importa esclarecer o seguinte:
Quais os estudos que sustentaram a promessa do Partido Socialista em
dois mil e nove? Porque nunca o divulgaram
É que vamos ser sérios, meus senhores. Se não fizeram estudos,
mentiram aos barcelenses!
É que vamos ser sérios, meus senhores. Se não fizeram estudos, fizeram
batota eleitoral! E enganaram os barcelenses com uma promessa que sabiam
não poder cumprir!
Ou pretendiam subsidiar os preços com dinheiro do orçamento e não o
fizeram?
Ponto dois – Que não restem dúvidas para ninguém que a partir de três
de novembro de dois mil e nove, ou seja, após a posse, começou a
responsabilidade do executivo PS e a possibilidade de mostrarem a sua
competência na gestão
E o início dessa responsabilidade era desde logo fazer o reequilíbrio
financeiro da concessão, nois estavam contados cinco anos



É que se o contrato assinado em dois mil e quatro não foi perfeito, como
admitimos que não foi perfeito, então o executivo do Partido Socialista a partir
de dois mil e nove revelou uma completa impreparação e incompetência
Porque o presidente e o executivo tomaram decisões altamente ruinosas
para Barcelos!
Vamos a factos!
Momento um – O Partido Socialista vence as eleições em novembro de
dois mil e nove e tem a oportunidade de ouro para negociar e alterar o
contrato
Relembramos que a AdB tinha apresentado uma candidatura ao POVT e,
nessa altura, o POVT "abriu" uma possibilidade "imperdível" para a Câmara
alterar o contrato
E abrir um novo ciclo, senhor presidente da Câmara!
Relembramos que o financiamento do POVT era de dezoito milhões de
euros e uma boa negociação entre a Câmara e a empresa das águas permitiria
alterar o caso base, aprovar preços mais baixos para a água, isenção de taxa na
ligação de ramais de água e saneamento e fazer novos investimentos
Mas tal negociação nunca conseguiria baixar os preços em cinquenta por
cento!
A mãe de todas as promessas!
Então o executivo não negociou e preferiu ocultar dos barcelenses o
apoio do POVT no valor de dezoito milhões de euros
Nós vamos repetir, o presidente da Câmara e o PS ocultaram e
desperdiçaram dezoito milhões de euros do POVT!
E, por incompetência, apenas e só por incompetência, deixaram o caso ir
para tribunal, levando a Câmara à condenação a pagar vinte e quatro vírgula
seis milhões de euros para "repor o equilíbrio posto em causa pelos desvios de



caudais dos anos de dois mil e cinco a dois mil e nove"
E a pagar quase seis milhões de euros por ano até dois mil e trinta e
cinco, perfazendo os tais cento e setenta e dois milhões de euros, acrescido de
juros de mora
O que fizeram a seguir a esta condenação foi uma atitude ruinosa para
Barcelos!
Momento dois – Segunda oportunidade do Partido Socialista para
negociar com a AdB
Em janeiro de dois mil e doze, após a Câmara ser condenada, o Partido
Socialista deveria ter negociado a alteração do contrato
Em qualquer destes dois momentos, dois mil e nove e dois mil e doze, a
AdB seria obrigada a continuar com as obras à sua exclusiva responsabilidade,
sem investimento por conta da Câmara e o contrato poderia ser alterado,
estabelecendo:
Preço mais baixo para a água;
Preço mais baixo para os ramais de ligação de água e saneamento;
lsenções por carência económica;
Investimento por conta da AdB
O executivo não quis negociar e continuou a recorrer para os tribunais
com a dívida a aumentar em juros de mora
Momento três – Terceira oportunidade do PS para negociar com a AdB
Em outubro/novembro de dois mil e catorze decorria um novo momento
para fazer o reequilíbrio financeiro, porque perfazia mais cinco anos de
contrato
Por incompetência, apenas e só por incompetência, o executivo nada fez
porque dava-se bem com o contrato
F o PS nodia haixar os precos e não o fez porque não quisl



Momento quatro – Em novembro de dois mil e quinze estava vencido o
pagamento de sessenta milhões da condenação, mais os juros desde dois mil e
doze. Tudo somado, cerca de setenta e seis milhões de euros
O executivo faz um acordo de princípios, secreto, sem estudos, por
oitenta e sete milhões, mais swap, mais perdão de dívidas, mais perdão de
reparação de estradas, mais obras. Tudo somado, cento e cinquenta milhões de
euros!
O dobro!
Mesmo aí o executivo poderia negociar a alteração do contrato, pagar
cerca de metade e conseguir:
Preço mais baixo para a água;
Preço mais baixo para os ramais de ligação de água e saneamento;
lsenção por carência económica
E a AdB responsável por continuar a obra
Momento cinco – Em maio de dois mil e dezasseis o presidente da
Câmara assume um poder pessoal nunca visto!
E em junho torna-se público que o executivo queria levar o município a
comprar setenta e cinco por cento do capital maioritário por trinta e sete
milhões de euros, mais dívidas, o que perfazia sessenta e cinco milhões de
euros
A compra de setenta e cinco por cento do capital, sessenta e cinco
milhões, mais vinte milhões para a ABB, igual a oitenta e cinco milhões de euros
no imediato
Começa então a troca de acusações entre os membros do Partido
Socialista, esquecendo-se por certo que todos são responsáveis!
Os prazos previstos no acordo de resgate são sucessivamente adiados!
As diferentes instâncias dos tribunais recusam todos os recursos!



O presidente da Câmara e o executivo dão sinais evidentes de estarem
absolutamente perdidos, ao mesmo tempo que se tornam públicas posições das
duas partes sucessivamente contraditórias!
Momento seis – Agora o presidente da Câmara anuncia uma PPP com
quarenta e nove por cento para o município e cinquenta e um por cento para
privados. Um acordo verbal
Por quanto dinheiro, senhor presidente da Câmara?
Isto representa a negação completa do discurso do presidente da Câmara
e do Partido Socialista contra as PPP desde dois mil e nove!
Agora, fazer a PPP?
Este é o exemplo da postura do que não deve ser um presidente da
Câmara! Ironia das ironias, eleito sob o tema "Defender Barcelos"!
Em resumo:
Após sete anos não sabem o que querem e o que fazer!
Diziam que a concessão foi ruinosa? Mas hoje sabemos que ruinosa foi
antes a vossa gestão, senhor presidente da Câmara! Por incompetência e
irresponsabilidade!
O PS é o único responsável desta situação! A responsabilidade do PSD
terminou e foi paga em dois mil e nove
Para o PSD não está em causa o modelo de exploração das redes de água
e saneamento: concessão ou municipalização, como sempre dissemos
Para o PSD estão em causa acordos secretos que suscitam dúvidas,
acordos feitos sem estudos de viabilidade económico-financeiro
E atos do presidente da Câmara e do executivo, altamente ruinosos e
danosos para o futuro do município de Barcelos
O senhor presidente prometeu estudos de viabilidade económico-
financeira, a estarem prontos até trinta e um de agosto deste ano, contratados



ao professor João Duque por vinte e cinco mil euros!
Até hoje, quatro de novembro, nunca foram apresentados!
Hoje, mais do que qualquer outra coisa, fica bem patente uma única
certeza: os senhores foram o maior erro político da história do nosso concelho e
a vossa incompetência e teimosia vai marcar definitivamente um dos piores
períodos que o nosso concelho já conheceu!
Barcelos merece respeito! Merece a verdade!
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado do MIB, Armando Costa
DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores
Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta,
Caras Senhoras e Caros Senhores, os presentes e os que nos seguem pela
internet
Em dois mil e nove, o Partido Socialista e Miguel Costa Gomes assumiram
a gestão do município de Barcelos, depois de vencidas as eleições autárquicas,
onde colheram a preferência da maioria dos eleitores barcelenses
Apresentaram-se a esse ato eleitoral com uma série de compromissos
transcritos para um documento "Compromisso Eleitoral – Síntese", onde, para o
assunto aqui hoje em discussão, podemos ler: "Baixar o preço da água e dos
ramais de ligação. Cobrir o concelho com rede de água e saneamento"
Também nessa altura, Miguel Costa Gomes, em declarações à Lusa,
assumiu que a primeira medida que ia tomar era "aquela que tinha prometido
em campanha, a descida do preço da água e dos ramais de saneamento" e,
questionado pelo jornalista da Lusa, acrescenta: "o nosso cálculo, neste
momento, é na ordem dos cinquenta por cento"



Alguns dias depois, num artigo de opinião sob o nome "Na vitória,
magnanimidade", um destacado membro do Partido Socialista e atual membro
desta Assembleia Municipal, à cautela, já escrevia que a redução drástica do
preço da água não dependia exclusivamente do executivo municipal
Ou seja, poucos dias depois de assumir a liderança do executivo
municipal o Partido Socialista, qual contorcionista, já dava indícios que "baixar o
preço da água e dos ramais de ligação" afinal já não era bem assim e estaria
dependente de outros
De seguida, o Partido Socialista e Miguel Costa Gomes optam por
considerar o contrato para a concessão da construção e exploração das redes de
abastecimento de água e saneamento um ato de gestão danosa, o que motivou
o pedido de intervenção inspetiva da IGAL, daí resultando um processo judicial
que corre termos no DCIAP. Recusam o pedido de reequilíbrio financeiro
solicitado pela concessionária e a via negocial. O diferendo avança para a via
litigiosa e judicial e o município é condenado, no Tribunal Arbitral, ao
pagamento de uma indemnização de cento e setenta e dois milhões de euros à
concessionária. Como é sabido, o município tem recorrido para todas as
instâncias possíveis, estas foram sempre negando a razão ao município e
confirmando a decisão inicial condenatória de cento e setenta e dois milhões de
euros. Neste momento, o processo aguarda decisão do Tribunal Constitucional,
estando suspensa a sentença do Supremo Tribunal Administrativo, por noventa
dias
Há cerca de um ano, foi aprovado pelo executivo municipal e Assembleia
Municipal (sem a participação do MIB) um acordo de princípios para o resgate
da concessão do sistema de abastecimento de água e saneamento de Barcelos
Decorrido este tempo, que evolução sofreu este tema de extrema
importância para os harcelenses?



Nenhuma. Na prática, não houve qualquer evolução para	os
barcelenses	
Mesmo a informação de hoje sobre a existência de um acordo verb	oal
entre a Câmara e os acionistas das Águas de Barcelos, S.A. quanto ao contra	to
de concessão o que significa?	
Absolutamente nada! Recordo que há um ano atrás também tínham	os
um acordo de princípios para o resgate	
Existiram, contudo, no último ano, uma série de vicissitudes, expostas e	m
sequência da retirada de pelouros aos vereadores do Partido Socialista e	а
passagem destes para a oposição, que corroboram desde há muito a opinião o	do
MIB sobre este e outros temas importantes para o concelho. São conduzidos	de
forma silenciosa, sem disponibilização de informação absolutamente necessá	ria
para que a Assembleia Municipal e restantes membros do executivo possa	ım
decidir conscientemente sobre os mesmos e num secretismo injustificável	
Como podem classificar-se as várias possibilidades de acordos o	do
município, com os acionistas, trazidas à luz do dia pelos membros do executi	vo
socialista, à revelia do mandato desta Assembleia, no âmbito do tal "acordo de la control de la cont	de
princípio"? No mínimo é um completo desrespeito por resta Assembleia	
Caras Senhoras e Caros Senhores	
Passados sete anos, o Partido Socialista e Miguel Costa Gom	es
demonstram que não tiveram nem têm capacidade e sensibilidade para ge	rir
este tema	
A recusa em negociar logo de início, as prorrogações sucessivas d	os
prazos, os recursos em tribunal e a crise na maioria socialista custam muit	os
milhares de euros aos munícipes em juros e contratos com advogados	
A via litigiosa e do confronto foram motivo para inúmeras notícias q	ue
afetam a imagem de Barcelos	



Mas, mais importante do que tudo isto, para quando podem esperar os
barcelenses a redução do preço da água e dos ramais de ligação, assim como o
aumento da cobertura do concelho com redes de água e saneamento, tal como
prometido pelo Partido Socialista?
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a
palavra o senhor deputado do CDS, José Manuel Cardoso
DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Excelentíssimos Senhores
Secretários da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Barcelos, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos
Membros desta Assembleia, Barcelenses
Mais uma vez estamos reunidos nesta Assembleia para discutirmos o tão
já discutido <i>dossier</i> da água!
Foram muitas as vezes que aqui subi para argumentar e defender a
posição do CDS, bem como apresentar soluções e apelar à colaboração de
todos, principalmente do executivo
Apresentou um candidato independente e a promessa de baixar o preço da
água em cinquenta por cento
Numa das primeiras entrevistas – à SAPO TV – após vencer as eleições, o
senhor presidente da Câmara reafirmou que uma das primeiras medidas seria a
dita redução de cinquenta por cento! Passados sete anos onde é que ela está?
Pergunto novamente, senhor presidente: onde é que ela está?
Mas a minha pergunta não é só para o senhor presidente da Câmara, é
também para o Partido Socialista
O Partido Socialista tem a responsabilidade política pelo não



cumprimento desta promessa, bem como de outras. Foi o Partido Socialista que
deu o aval, ou melhor, confiou no presidente Miguel Costa Gomes para
comando dos destinos do município e para gestão do negócio da água!!
Será que o Partido Socialista cometeu um erro de casting ao ter
escolhido um candidato que não soube gerir bem este negócio e que levou à
rutura com o próprio partido?
Se cometeu esse erro, que o assuma de uma vez por todas e que o afirme
aqui nesta Assembleia e perante todos os barcelenses
Mas não fica livre da responsabilidade política de toda a situação que isto
virou!
No decurso destes sete anos muito se disse, muito se especulou, muitas
cortinas de fumo se levantaram, muita parra e pouca uva, ou, para sermos mais
corretos, nenhuma uva!!
Falou-se que havia indiciados e talvez alguém fosse prestar contas à
justiça. Até hoje ainda nada vimos!
Que o Governo de José Sócrates iria dar uma ajuda! Não vimos nada
Realizaram-se várias Assembleias com este tema em discussão e até
houve uma extraordinária e agora uma segunda
Passados sete anos continua tudo na mesma! Nem resgate nem baixa do
preço da água!
Tudo na mesma, não!!!
Há sim! Uma condenação pelos diversos tribunais numa indemnização no
valor de cento e setenta e dois milhões de euros!!! Dava para construir quatro
hospitais que Barcelos necessita
Há sim! Que dificilmente a concessionária vai abdicar desta sentença!!
Há sim! Gastos avultados em advogados e em justiça
Há sim! Um custo de oportunidade. Se tudo isto fosse resolvido com



mestria e transparencia a esta hora a situação estava resolvida e libertava a
autarquia para elaboração de outros projetos para o desenvolvimento de
Barcelos
Houve sim! Uma janela aberta no orçamento de Estado de dois mil e
quinze. Num Governo PSD/CDS, em que o vice-primeiro-ministro, à época, o
doutor Paulo Portas, recebeu o presidente Miguel Costa Gomes, num dia de
feriado, e se a memória não me falha, no dia de Santo António. Aqui corrija-me,
senhor presidente, se eu estiver errado. Ao permitir na Lei do Orçamento para
dois mil e quinze dois artigos, octogésimo sétimo e octogésimo oitavo, feitos à
medida para Barcelos, ao permitir que a Câmara pudesse fazer um empréstimo
para conseguir o resgate, sem entrar em sobreendividamento
Até esta oportunidade foi desperdiçada!!
Houve sim! Após as trapalhadas que o dossier ia ganhando, com as várias
tentativas de negociação e com a contradição de argumentos entre as partes e a
informação contradizente com os factos, que o município fornecia à
comunicação social e à oposição. O CDS/PP na Assembleia Municipal de vinte e
sete de fevereiro de dois mil e quinze apresentou uma proposta para
seguimento de todo o processo negocial de remunicipalização da água e
saneamento público. Toda a oposição votou favoravelmente a proposta à
exceção do Partido Socialista!
Imaginem, meus senhores, se à época, e já lá vão um ano e meio, o
Partido Socialista teria colhido esta nossa proposta e certamente o <i>dossier</i> já
estaria fechado e talvez não existisse a cisão entre o presidente da Câmara e o
Partido Socialista
Acredito que se fosse hoje o sentido de voto do Partido Socialista seria
totalmente diferente!
Houve sim! Muito tempo para resolver este dossier da água! Só não foi



resolvido por inabilidade negocial de um presidente da Câmara egocêntrico,
com tiques de prepotência e narcisismo. Onde só a sua palavra impera e
ostraciza a dos outros
Perante este tempo decorrido e todos os factos revelados, podemos
afirmar que o presidente Miguel Costa Gomes e o Partido Socialista não
estavam preparados para governar Barcelos!
Senhor presidente Miguel Costa Gomes, se para ser um candidato à
Câmara Municipal tivesse de submeter a uma apreciação da CRESAP, e depois
de todo este seu historial, acho que dificilmente teria aprovação da mesma!
O Partido Socialista tem de assumir toda a responsabilidade política pela
escolha do presidente e ter a humildade de pedir desculpas aos barcelenses por
ainda não ter cumprido com a promessa da água e com outras!
Mas nem tudo está perdido! Ainda vamos a tempo de mudar toda esta
situação!
Permita-me, senhor presidente da Assembleia Municipal, fazer um apelo,
ou melhor, um repto ao senhor presidente da Câmara:
Entregue este dossier da água ao CDS/PP e com a devida comissão de
acompanhamento negocial com todos os partidos lhe garanto que não
precisamos de sete anos para resolver o dossier!
Minhas Senhoras, Meus Senhores,
Sete anos é muito tempo! Dá para fazer muita coisa! Dá para planear
muitos projetos! Dá para fazer muitas obras! Dá para fazer muitas
inaugurações!
Mas não deu para Barcelos!
A não ser dar angústia e tristeza aos barcelenses!
Ao fim de sete anos, Barcelos é motivo de chacota nacional!!



importantes ícones de Portugal – o Galo!
Ver um concelho a ser constantemente motivo de notícias que nada
dignificam as nossas nobres gentes, é muito triste!
Barcelos e os barcelenses mereciam melhor!!
Desejo manifestamente que daqui a um ano os barcelenses dêem
oportunidade de mudar de rumo e de fazer vingar todo o potencial que a nossa
terra tem!
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, o senhor deputado José Ilídio
Torres
DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores
Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
E cá estamos na casa da democracia barcelense, homens e mulheres,
de vários partidos, de diversos posicionamentos ideológicos, legitimamente
eleitos, para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, que não é um
"ajuntamento a soldo", muito menos pode ver a sua importância reduzida a um
custo, e deve, por isso, lamentar as curtas mas ofensivas declarações que o
senhor presidente da Câmara fez à agência Lusa no início da semana
Dizer à partida que esta sessão promovida pelo senhor presidente da
Assembleia Municipal, aprovada por todas as forças partidárias, "não pode, nem
vai dar em nada", é passar a todos um atestado de menoridade, é um
desrespeito, em tudo idêntico, pela verve fácil, ao secretismo que vem
norteando a sua ação política e, comprovadamente, neste caso do resgate da
concessão de água e saneamento
Esse secretismo mais não é que prepotência. Quem se arroga para falar



de cidadania e depois não a respeita e se escuda na legitimidade em decidir por força da autoridade que as urnas lhe conferiram, mesmo não sendo suportado pelo partido pelo qual se apresentou a escrutínio, é um ato de manifesto desprezo pelos cidadãos.-----------Feito este preâmbulo, imprescindível numa argumentação séria, deixeme dizer-lhe, senhor presidente da Câmara, que quem nos trouxe aqui, quem está no início deste problema, não foi o senhor nem o PS. Ambos têm responsabilidades na gestão do problema, mas na sua génese está o Partido Social Democrata e o contrato ruinoso para Barcelos que celebrou ao tempo da gestão de Fernando Reis.-----------Um contrato blindado, feito à medida, fato largo para um casamento de conveniência, mas que se ajustou como uma luva aos privados, que tomaram conta da gestão de um bem fundamental para as populações: a água.-----------A sua remunicipalização sempre foi um desiderato para o Bloco de Esquerda, que se manteve ao longo do tempo fiel a este posicionamento.----------Que aqui sucessivamente perguntou, propôs, votou resoluções, esperou ser informado, e nunca contou com a informação que lhe era devida.-----------O secretismo pode ser a alma do negócio das empresas, mas não pode ser nunca a alma da causa pública. Essa vive de partilha, da defesa intransigente dos seus interesses; do respeito pela democracia, mãe de todas as causas, princípio basilar e estruturante da sociedade portuguesa.---------Passados todos estes anos, falharam uns e outros. Os que nos criaram o problema e os que não o souberam resolver. E todos nos trouxeram aqui. A uma situação gravíssima para o município, que seja qual for a solução encontrada, hipotecará o investimento, condicionará o desenvolvimento, frustrará os anseios dos barcelenses em viverem numa terra próspera e solidária.------------Uma terra com espaço para o investimento na cultura e na educação,



pilares de uma verdadeira revolução cidadã, que nos é prometida no discurso fácil, mas que não tem correspondência na prática política.----------Uma terra de gente valorosa e trabalhadora, que os políticos da governação das últimas décadas não souberam merecer.----------Estamos por isso aqui hoje, senhor presidente, os que nunca traíram o povo, os que nunca lhe prometeram babilónias em campanhas eleitorais, os que sentem a responsabilidade de cada voto, para pedir satisfações pelo mau trabalho desempenhado.-----trabalho desempenhado.----------Para reclamar informação verdadeira, para exigir respeito, para reivindicar representatividade e serviço público.----------O que nos vem sendo oferecido é um show de engana tolo, perverso e minimizador, que não nos toma, aos que lutamos pela mudança de políticas, de paradigmas, de forma séria, antes nos reduz a uma insignificância castradora, que em próximo ato eleitoral terá certamente a resposta devida.----------Senhor presidente da Câmara, podem, o senhor e o seu partido, estar de costas voltadas nesta luta desenfreada pelo poder em Barcelos, cada um defender que a culpa é do outro, mas de quem não é certamente a culpa é dos barcelenses, que lhes deram a confiança para a resolução dessa questão e se sentem frustrados e enganados.----------Que justificações lhes têm sido dadas sobre a forma como decorrem as negociações?----------Quem questiona o custo de dez mil euros por uma Assembleia Municipal extraordinária deve dizer aqui, de forma clara, quanto já gastou em assessorias e gabinetes de advogados para interpor os sucessivos recursos, para pagar os -----Esse, sim, parece ter sido dinheiro mal gasto, porque não trouxe resultados, porque não trouxe confiança, antes pelo contrário, fez ruir a



credibilidade depositada
Lemos ontem pelos jornais que o senhor presidente já tem um acordo
com as partes, entenda-se ABB e Somague, para a constituição de uma nova
parceria público-privada, em que o município ficará com uma posição de
quarenta e nove por cento
Isto não é remunicipalização do serviço de água e saneamento. Isto não é
o cumprimento de uma promessa eleitoral do Partido Socialista. Isto não é o
que o Bloco de Esquerda sempre defendeu para Barcelos
É uma solução que no nosso entendimento não serve a cidade e o
concelho, uma vez que tinha em cima da mesa, ficamos a saber por documentos
que chegaram às lideranças partidárias somente na última quarta-feira, outras
possibilidades e abertura para ter feito de outra forma o negócio
Explique por isso hoje aqui, senhor presidente, a ser verdade o que a
comunicação social trouxe a lume, as razões desta escolha
Explique a esta Assembleia, de forma clara, as razões dessa opção, mas
faço-o tendo em conta que chegou até aqui pelo seu pé, por sua
responsabilidade, mas também pela incapacidade do seu próprio partido, nos
últimos anos, em resolver o problema
Explique a esta Assembleia a opção pela via judicial, que esbarrou
sucessivamente em decisões desfavoráveis, tendo mesmo sido aventada a
hipótese de um recurso para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
Explique a esta Assembleia que planos tem para que esta questão da
água não pese sobre a cabeça dos munícipes como uma hipoteca do seu futuro
e como pretende encarar os desafios de gestão que se colocam, a ser verdade,
repito, que a Câmara que o senhor gere neste momento optou por uma posição
minoritária
Quem vencer as próximas eleições autárquicas, e não é seguro que seja o



senhor, mesmo com as últimas notícias que o dão como o candidato do Partido Socialista, deve ir para além da mesquinhez, do absurdo da clubite partidária, e defender verdadeiramente o interesse dos munícipes, consumidores desprotegidos na fruição de um bem fundamental para as suas vidas, como é a água, e por isso reclamantes legítimos.-----------Hoje aqui, no pleno gozo dos meus direitos, cidadão comprometido, eu clamo por honestidade, por transparência, e aguardo de quem gere os destinos da autarquia, mas também de quem criou este problema, mais que palavras ao vento, mais que discurso para inglês ver: responsabilidade.----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----**DEPUTADO DA CDU - Mário Figueiredo** - Muito obrigado.----------Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores e Minhas Senhoras.-----------O Partido Comunista Português começa por destacar o papel fundamental dos barcelenses na recusa da política de privatização da água afastando do poder o PSD e a importante resistência em aceitar a concessão, recusando, mesmo sob ameaça, a ligação especulativa à rede pública, tornando o negócio que seria chorudo em negócio pouco atrativo. Foi a atitude dos barcelenses que obrigou os partidos a encontrar novos caminhos e soluções.----------O PCP não pode ignorar a raiz ideológica da concessão, na linha da política neoliberal de entrega dos recursos públicos aos interesses privados prejudicando as populações, submetendo à lógica do lucro o acesso à água, necessidade fundamental na vida do homem.----------PS, PSD, e CDS promovem a política de privatização, delapidando



recursos públicos fundamentais para o desenvolvimento do país, no princípio do Estado regulador, com a falsa ideia da mão invisível do mercado que tudo estabiliza, deixando o terreno livre ao capital para a acumulação de riqueza e a satisfação da gula lucrativa que alimenta a pança capitalista e arrota a injustiça, desigualdade e pobreza. São exemplos no nosso concelho: a extinta Barcelos Futuro; a exploração de caulino; a linha de muita alta tensão; e a concessão de distribuição de água.----------Em Barcelos, sobre esta matéria, estes partidos tiveram papéis diferentes, mas sempre enquadrados nos mesmos pressupostos políticos que o neoliberalismo impõe.-----------Muitos discursos, muita retórica, muita demagogia, muitas acusações foram feitas na clara tentativa de ocultarem responsabilidades e contradições. Tentam, e ainda hoje nesta Assembleia, desviar atenções do fundamental.-----------Há quatro aspetos fundamentais que podemos sublinhar:-----------O primeiro, o início disto tudo. O PSD é o responsável político pela concessão com conteúdos dolosos contrários aos interesses dos barcelenses. O PSD, deliberadamente, atendeu aos interesses privados em detrimento do interesse público. E continua a insistir no erro. Dizer, senhor deputado José Novais, que o contrato não é perfeito é uma afronta àquilo que os barcelenses acharam em dois mil e nove e àquilo que é o resultado de todo este processo. O contrato não é perfeito, o contrato é ruinoso, é doloso e prejudicou gravemente os interesses dos barcelenses.----------Em segundo lugar, o PS não tinha qualquer estratégia política que respondesse às consequências desastrosas da privatização e à vontade dos barcelenses.----------O PS prisioneiro das suas contradições políticas e da proposta eleitoralista – descida do preço da água – inconcretizável no seio da concessão,



sem estratégia, sem objetivo claro e navegando à vista, caiu na encruzilhada
política e judicial que resultou na indemnização de cento e setenta e dois
milhões. Não pode o PS fugir às suas responsabilidades, imputando-as a uma só
pessoa
Em terceiro lugar, a existência da sentença de cento e setenta e dois
milhões de euros que resulta da conjugação das decisões do PSD e do PS que,
para além de hipotecar investimentos futuros, funciona como um travão na
capacidade negocial do município para a resolução do problema. Estes cento e
setenta e dois milhões é a expressão monetária do dolo do contrato
Quarto – A remunicipalização da distribuição de água é a única solução
que põe fim à privatização e atende às aspirações dos barcelenses. A negociação
defendida ainda hoje pelo PSD significa tão-só agravar o que já é grave
O PCP sempre afirmou que a solução passaria pela decisão política que
impusesse o fim da concessão necessitando sempre do envolvimento do
Governo. O tempo deu-nos razão
É certo que há outras forças políticas que afirmam defenderem a
remunicipalização
O PS confrontado com a realidade foi obrigado, em determinado
momento, a reconhecer e a mostrar abertura à remunicipalização
O Bloco de Esquerda defende a remunicipalização mas nunca se
comprometeu com a estratégia para o conseguir, mantendo-se na sombra da
ambiguidade
Lembro que o Bloco disse que o executivo não tinha legitimidade para
romper com a concessão e alicerçado nessa convicção propôs um referendo
local que foi chumbado na Assembleia Municipal
Não basta abanar bandeiras, é necessário lutar por elas e para isso temos
que ser claros nos objetivos e na estratégia nolítica e firmes nas nossas



convicções
Não é com hesitações que se defende os interesses das populações
Embora o tema seja complexo e muito se tenha dito (Assembleias
extraordinárias já são duas), o ponto da situação é simples: a existência da
concessão ruinosa acrescida de uma indemnização de cento e setenta e dois
milhões de euros. Todo o resto são suposições e retórica
E à luz deste facto afirmo, mais uma vez, não há solução no seio da
concessão!
Quem assim não o entender não interpretou o voto dos barcelenses em
dois mil e nove e trai a vontade popular
É com apreensão que assisto aos sucessivos falhanços do executivo na
concretização deste importante objetivo: remunicipalização da água
É com apreensão que verifico a fragilidade política da Câmara Municipal
de Barcelos fruto da rutura PS/presidente da Câmara
É com apreensão acrescida que constato a tendência política do
executivo em abandonar a única solução real
Posto isto, dizer que estive de acordo com a realização desta Assembleia
porque entendo que todos os esclarecimentos devem ser dados a um órgão que
tem a competência de fiscalizar
Mas dizer o seguinte: a falta de informação não é de agora, a única coisa
que mudou é que o Partido Socialista juntou-se ao clube dos não informados. E
só isso é que justificou esta nova Assembleia e esta nova convocação
Posto isto e é para isso que nós estamos aqui, ponho rapidamente
algumas questões:
Continua o executivo a perseguir o objetivo da remunicipalização da
distribuição da água e saneamento?
Quais os motivos do acordo de princípio votado na Assembleia Municipal.



há um ano, que permitia a remunicipalização não se ter concretizado?
Confirma a existência do acordo para a aquisição de quarenta e nove por
cento do capital da AdB?
Que explicações políticas tem o executivo para a necessidade desse
acordo?
Quais os montantes necessários e as formas de pagamento?
No entendimento do executivo em que medida a entrada do município
no capital da AdB altera os conteúdos e os objetivos da concessão?
Entende o executivo que o acordo (PPP) responde às necessidades das
populações e é essa a leitura que faz do voto e da confiança que lhe foi dado em
dois mil e nove?
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Conforme estava previsto, esgotadas as intervenções dos grupos
municipais, o senhor presidente da Câmara faz favor de usar da palavra
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Antes de qualquer declaração que eu faça, quero pedir aos senhores
deputados que me interpelaram com diversas perguntas que mo façam por
escrito. Como compreendem, eu não posso responder aqui porque é mais fácil
falar e perguntar do que registar. Portanto, terei o maior gosto em responder
àquilo que me perguntaram
Mas há aqui considerações que eu vou ter que fazer!
Eu vou começar um bocadinho ali pela ironia do senhor deputado José
Manuel Cardoso, dizer que se eu fosse ao CRESAP Eu espero que o senhor
tenha ido quando foi para o ACES. Mas os amigos depois nestas coisas resolvem
os problemas na passagem, percebe, senhor deputado?
Depois não tenho dúvida que Barcelos é chacota nacional. Sabe porquê,



senhor deputado? Por ter intervenções como a sua.----------Eu quero também aqui dizer que parece que os jornais determinaram que há uma PPP, que há quarenta e nove/cinquenta e um, eu não sei quem foram os jornais que fizeram isso nem quero saber, provavelmente os proprietários estão cá dentro, mas eu nunca disse que havia uma PPP de quarenta e nove/cinquenta e um, nunca disse, os jornalistas têm uma boa imaginação. Até porque aquilo que está como início de acordo que foi feito verbalmente isto nunca será uma PPP. Eu percebo que queiram trazer aqui o trauma da PPP, mas quero dizer a todos que o enquadramento legal é nos termos do artigo cinquenta e um a cinquenta e cinco do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, nos termos da Lei cinquenta/dois mil e doze. Podem vir com as PPP's quando quiser e lhes apetecer. Isto não é uma PPP. E quem vem aqui argumentar com a PPP, das duas, uma: ou desconhece o que é uma PPP ou está aqui a manipular a informação, para não dizer outra coisa. Portanto, só quero-vos dizer que não será uma PPP. Porque a PPP tem determinações de lei. A TAP tem participações do Estado e não é uma PPP. Mas, pronto, isto é uma questão jurídica que no momento próprio naturalmente haverá oportunidade de se discutir a formalidade e a legalidade das situações.---------Senhor deputado José Novais, os dezoito milhões do POVT, já se falou tanta coisa disto, senhor deputado. O senhor sabe a verdade, mas o senhor insiste, persiste. Eu recomendava que o senhor consultasse as atas das Assembleias onde isto foi falado e também naquela famosa Assembleia extraordinária que foi feita no parque da cidade. Recordar-se-á, foi extensa, e estão lá esclarecidos os dezoito milhões que não é nada daquilo que o senhor disse aqui, mas, enfim, a opinião é sua, continue com essa atitude. De facto há aqui uma atitude ruinosa, mas é do passado, senhor deputado. Lamento, mas



é_------é -----Essa de dizer que em junho foi avançado setenta e cinco/vinte e cinco?! Senhor deputado, eu não lancei nada disto. Esta dos setenta e cinco/vinte e cinco foi antes de seis de maio, porque há aqui uma referência interessante a seis de maio. Aliás, o senhor deputado disse aqui uma coisa que não corresponde na totalidade à verdade, porque não há sonegação de informação. Os senhores vereadores que não têm pelouros eu forçosamente tenho que os tratar como todos os senhores vereadores que pertencem ao executivo municipal e não vejo porque é que os senhores vereadores que não têm pelouro poderão ter acesso privilegiado a qualquer tipo de informação. As coisas têm que ser feitas de forma igual, no momento próprio, que é o que faço com todos os senhores vereadores, e dou tratamento igual. Porque as pessoas quando têm a mesma posição têm que ser tratadas rigorosamente igual, com todo o respeito que cada uma me merece.----------Diz que eu anunciei uma PPP? Não anunciei, senhor deputado. Vocês provavelmente dão mais importância aos jornais do que à realidade, mas a atitude fica com quem a toma.----------Sobre o estudo de viabilidade económica, senhor presidente, se me permite, e vou dizer isto com todo o à-vontade, eu penso que o senhor presidente solicitou ao senhor professor João Duque o estudo de viabilidade financeira. O senhor professor João Duque esteve cá quinta-feira e aquilo que me transmitiu na reunião que tive aqui com todos os técnicos envolvidos neste processo, incluindo os juristas, foi de que a resposta já estará na mão do senhor presidente. Não sei se está ou não, mas ele disse-me a mim que lhe faria chegar de forma atempada a esta Assembleia a resposta sobre o estudo de viabilidade.------É preciso também dizer aqui que o que foi pedido ao professor João Duque não foi um estudo de viabilidade económica, foi um estudo de



viabilidade financeira. E, portanto, nós tivemos que nos socorrer a uma outra empresa para fazer a viabilidade económica porque, dada a complexidade dos estudos, não era possível em tempo útil fazer os estudos. Mas os estudos vão ser realizados e serão feitos e entregues em devido tempo. Mas há uma coisa que eu acho que todos nós temos que pensar: se no âmbito de uma mesa onde estão expressas vontades, direitos e obrigações se lançam propostas alternativas – já o disse várias vezes publicamente –, não me peçam para não poder analisar as coisas, serão analisadas de acordo com aquilo que é o interesse dos barcelenses. E os estudos vão aparecer - viabilidade económica. Agora está-se a passar aqui um bocadinho esta ideia de que o presidente da Câmara vai decidir e faz. Não é verdade! Estão-vos a mentir! Não é verdade! A lei determina aquilo que eu tenho de fazer e eu cumprirei aquilo que a lei determina, nada mais do que isto. Mas criam-se aqui coisas obscuras, tentativas de suspeição, eu já ouvi aqui falar muito em secretismo. Eu não sei o que é que quer dizer com secretismo, era bom que algumas pessoas que falaram nestes adjetivos o pudessem esclarecer.-----------Senhor deputado José Paulo Matias, eu acho interessante, o senhor quando estava ali a falar provavelmente estava a olhar-se para o espelho, digo eu. O senhor diz que eu menti, que eu declarei que a ERSAR chumbou um parecer. Eu não disse isso. Senhor deputado, desculpe, mas se o senhor é honesto e sério para vir a esta Assembleia lia o ofício da ERSAR completo, não é na metade. Leia, faz favor! E diz aí que a Câmara tem feito várias reuniões com o regulador. Ou não é verdade? É. Portanto, vamos pôr seriedade nisto.-----------O senhor veio aqui dizer que a partir do dia seis de maio, repare, foi seis de maio que o senhor já identifica que está em via a proposta dos setenta e cinco/vinte e cinco, e vem dizer aqui, todos ouvimos, e está na gravação, que os setenta e cinco/vinte e cinco custavam trinta e sete milhões. Mentira! Porque



tem que assumir o passivo todo, que são trinta milhões. E, portanto, não são trinta e sete, são sessenta e sete. E quando vamos dar a informação temos que ser sérios e objetivos naquilo que dizemos. Porque o passivo transitava nos setenta e cinco por cento. Mas o senhor tem que vir aqui dizer e quem lhe contou a história contou-lha mal, que os setenta e cinco/vinte e cinco implica que a empresa se transforme automaticamente numa empresa pública de capitais públicos e esquecem-se que há um privado com vinte e cinco por cento que rejeita ter uma parceria com o público, que tem os seus direitos instituídos -----O senhor usou aqui uma expressão que eu achei interessante: "Com o senhor Miguel Costa Gomes não é possível". Eu calculo que se estava a referir a concluir as negociações. Mas era bom que o senhor viesse aqui dizer que o senhor vereador Domingos Pereira, o senhor vereador Alexandre Maciel, o senhor vereador Carlos Brito e a senhora vereadora Elisa Braga foram reunir várias vezes com a concessão, com o parceiro, e que digam aqui que propostas é que fizeram ao parceiro. E é interessante como é que alguém faz este papel. Eu sinceramente não consigo compreender. Tirar-lhes a legitimidade de o fazer não tiro, não tenho sequer esse direito. Mas era bom que dissessem aqui as propostas que foram fazer ao senhor administrador das Águas de Barcelos que representa o capital da Somague, que por acaso estou autorizado a dizer isto por ele, ele hoje não pôde estar aqui porque está em Espanha, que recebeu telefonemas, ameaças, o que é muito estranho. E ele pode-o dizer que recebeu uma mensagem anónima, pessoal e contra os filhos. Eu não estou a dizer que foram os senhores vereadores, atenção! E eu recomendei que ele fosse entregar isso à polícia, acho que o devia fazer. Quando alguém entra num diálogo destes, numa pressão destas...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente da Câmara, eu chamo a



atenção que esta o seu tempo esgotado, agradecia que pudesse
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado
Tenho aqui dois pedidos de defesa da honra
Senhor vereador Domingos Pereira, faz favor
VEREADOR DO PS – Domingos Pereira – Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Colegas Vereadores,
Senhores Deputados
lsto que se está aqui a ouvir é uma coisa absolutamente lamentável. O
senhor presidente da Câmara continua a querer branquear afirmações que fez,
que estão publicadas, estão jornalistas que afirmam isso, e garantiu que os
setenta e cinco por cento acordados para aquisição do capital à Somague estava
disponível, está na informação que foi distribuída ao senhor presidente da
Assembleia e aos senhores membros dos grupos parlamentares, está lá escrito,
a Somague cede setenta e cinco por cento do capital, e o senhor presidente diz
que não disse nada. Disse! Está escrito! E estão jornalistas para confirmar isso
Também disse publicamente que tinha acordado pagar uma
indemnização de dez milhões de euros pela PPP e depois negou, diz que não
disse, que era verbal
Quer dizer, eu acho que nós devemos para o bem e para o mal dizer a
verdade, nem que nos tenhamos enganado
Acerca das ameaças. Nós pedimos duas ou três reuniões com o senhor
administrador da Águas de Barcelos e não vou aqui dizer o que o senhor
presidente disse, teceu muitas considerações, muitas preocupações, isso posso
dizer, quanto ao impasse e ao antagonismo que havia nas negociações. Estava
profundamente preocupado porque um dia dizia-se uma coisa, outro dizia
outra. Está escrito nos documentos fornecidos que este impasse se devia a



grandes contradições, diziam uma coisa, noutro dia o seu contrário.----------Também sabe que na reunião que houve dos oitenta e sete milhões que foi acordado, quando houve uma reunião seguinte o senhor presidente com o acionista minoritário pegaram-se, desentenderam-se, insurgiram-se um contra o outro, e nós tivemos que interferir para acalmar os ânimos e foi daí que partiu os setenta e cinco por cento. Mas isto não resolve nada estarmos aqui a dizer.--------Numa dessas reuniões que houve, o senhor administrador disse-me a mim, ao doutor Maciel, ao doutor Carlos Brito e à senhora vereadora Elisa de que esta posição estava-se a tornar insustentável e ele próprio tinha sido ameaçado através de sms, ele e os filhos, e estava deveras preocupado com as ameaças que estava a ter por pressões que estava a receber. E nós também temos sido! Já agora também digo aqui! Também tenho sido pressionado e recebido ameaças. Portanto, isto vale o que vale. O senhor administrador disse preocupado, eu não vou agora dizer quem andou a fazer as ameaças. Ele é que disse que se sentia ameaçado...-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor vereador, eu ameaço que lhe tiro a palavra! E aqui fica perante a presença de todos.-----VEREADOR DO PS - Domingos Pereira - Eu vou terminar. Mas isto não são formas sérias de debater a questão. O que é sério para mim é porque é que as situações ainda não estão resolvidas e há estes volte-faces em cada dia que passa. Isso é que é insustentável.-----------Muito obrigado.-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor vereador Domingos Pereira. Tem a palavra o senhor vereador Alexandre Maciel.-----VEREADOR DO PS - Alexandre Maciel - Boa noite a todos.----------Senhor presidente, para ser célere na sua pessoa cumprimento todos os presentes.-----



Só para referir relativamente à questão que foi aqui suscitada pelo
senhor presidente, da minha parte não houve ameaça nenhuma nem houve sms
nenhum. Quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa extremamente
frontal. Aliás, já fui criticado aqui por diversas vezes por ser demasiado frontal e
por ser demasiado aguerrido
Agora, a questão que eu suscito é o seguinte:
Se porventura me tentaram imputar a mim ou a outros a autoria dos
sms's e do emails anónimos e se o visado foi o engenheiro Luís Vasconcelos da
AdB, porque este pelos vistos é mesmo engenheiro, ao contrário de outros, a
questão é esta: então porque é que ele nos recebe? E se o interlocutor do
município estava a conseguir desenvolver o processo, porque é que esse senhor
nos recebeu? E se ele achasse que tinha sido eu a imputar-lhe as sms's ou os
emails de certeza que não me receberia
Muito obrigado, senhor presidente, pela oportunidade
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vereador doutor
Alexandre Maciel. O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?
Faz favor
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Só para esclarecer. Não se confunda, porque eu não disse que foram os
senhores vereadores, por amor de Deus
E já agora, senhor vereador Alexandre Maciel, de facto ele não é
engenheiro, ele é economista, e, portanto, de facto não podia ter um diploma
de engenheiro
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara
Senhor presidente da Câmara, vou-lhe fazer aqui algumas perguntas:
O senhor presidente da Câmara se tem o acordo porque é que o senhor



se esquiva, que tem que ir para os advogados, que tem que ser formalizado por escrito, porque é que o senhor não explica sinteticamente o teor do acordo? O senhor está-se a esquivar a explicar o teor do acordo!----------Pode crer que um dos mais confusos, provavelmente, que está aqui sou eu. Porque eu ouvi a intervenção dos senhores deputados municipais e sabem mais do que eu, ou parecem que sabem mais do que eu, e depois fala-se na imprensa, etc. Esta é a primeira pergunta que lhe faço. Aliás, duas. Primeiro, se há um acordo que o senhor diz que está nas mãos dos juristas para pôr por escrito, senhor presidente da Câmara, deu conhecimento desse acordo aos restantes vereadores em reunião do executivo? Faz favor, responda-me!-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, eu não lhe vou permitir esse tom de voz e essa ousadia! O senhor, desculpe, tem que ter algum cuidado com isto! O senhor sabe muito bem do que estamos a falar! O senhor como é que quer que eu exponha um acordo verbal? E está a dizer que eu me refugio nos juristas?! O senhor tem a noção da dimensão, da responsabilidade e das consequências que tem um acordo destes? Cuidado. Eu acho que estamos aqui a brincar de facto com coisas sérias. Portanto, senhor presidente, eu apelo à sua responsabilidade. Faça-me o favor de fazer as perguntas por escrito, que eu responderei, naturalmente! Agora, não me peça aqui que eu desonre um compromisso que é feito numa mesa de negociações, de estar aqui a expor aquilo que foi dito verbalmente que não tem consistência legal. Estarão aqui vários juristas que percebem o que eu estou aqui a dizer. Portanto, senhor presidente, não insista, por favor, que eu não vou falar. Quando chegar a altura do próprio acordo ele será encaminhado para o órgão executivo e para o deliberativo. Eu não vou aprovar nada, senhor presidente! Meta isso na sua cabeça! O senhor acabou por dizer aqui que estava muito confuso. De facto, está muito confuso, está muito confuso. Portanto, apelo ao senhor presidente, à



sua responsabilidade, que sei que o senhor e uma pessoa serena e e capaz de
assumir essa responsabilidade, e não crie aqui um calendário político próprio
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara
Eu vou falar num tom de voz mais baixo, julgo que o senhor tem uma boa
audição, se quiser ainda baixo mais o tom de voz, essa do calendário político
próprio passo à frente
Senhor presidente da Câmara, eu vou-lhe perguntar então num tom de
voz baixo. Não querendo divulgar o teor do acordo, o senhor já o apresentou
aos seus vereadores no executivo? O senhor discutiu no seu executivo ou está
habituado a tomar decisões desta gravidade de uma forma solitária?
PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, o senhor não está a ouvir o que
eu estou a dizer. Como é que o senhor quer que eu apresente um acordo verbal
aos senhores vereadores? Por amor de Deus, senhor presidente! Vamos ter
bom senso! Qualquer um de nós sabe e Vossa Excelência, como é um homem
de negócios, sabe que quando acordámos numa mesa de negociações tem que
ser traduzido a escrito e tem que ser traduzido com a segurança e as normas
impostas por lei. Como é que o senhor me está aqui a fazer um apelo de eu não
entregar aos senhores vereadores um acordo verbal? Ó senhor presidente,
permita-me, e com todo o respeito, alguma ironia. O senhor acha que ia chegar
aqui e dizer:
Eu, Miguel Jorge da Costa Gomes, contribuinte cento e cinquenta e oito,
zero, zero, quatro, zero, zero, residente na Rua São João de Brito, número
oitenta e sete, rés-do-chão, Arcozelo, Barcelos, na qualidade de presidente da
Câmara;
Segundo outorgante (não está cá);
Terceiro outorgante (não está cá)



É isto que quer que lhe diga, senhor presidente?
Aquilo que estou a dizer é uma coisa muito simples, como pessoas
responsáveis assumimos um princípio para adotar, está a ser traduzido a
escrito, e quando for traduzido a escrito tem que ser aprovado em reunião de
Câmara e Assembleia Municipal, senhor presidente. Portanto, eu não posso
apresentar aos senhores vereadores um documento verbal! O senhor está-me a
exigir uma coisa que eu não posso dar!
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Ó senhor presidente da Câmara, eu não estou a
exigir ao senhor um documento verbal. A pergunta objetiva que fiz, e agora já
estou esclarecido, é que o senhor presidente da Câmara negociou o que
negociou de uma forma solitária, sozinha, sem ouvir o restante executivo e sem
lhes dar conhecimento de nada. Portanto, sobre esta questão estou
esclarecido
Vou-lhe pôr aqui então outra questão e esta questão é um comentário.
Senhor presidente da Câmara, um dos seus deputados, que agora não tenho
bem preciso, lhe perguntou que tendo o senhor presidente da Câmara o estudo
do senhor professor doutor João Duque desde final de agosto vou também
fazer a pergunta, porque esse não foi verbal, esse não foi verbal, o senhor
presidente da Câmara apresentou esse estudo aos senhores vereadores nas
reuniões que tem, salvo erro, quinzenais?
Faz favor, senhor presidente da Câmara
PRESIDENTE DA CÂMARA – Ó senhor presidente, permita-me uma coisa. O
senhor está a entrar num modelo que eu não vou aceitar! Portanto, responder-
lhe-ei com o maior gosto, Vossa Excelência faz-me a pergunta por escrito,
porque a inquisição já não está cá!
Deixe-me dizer-lhe uma coisa! O estudo do professor Duque está datado



de trinta e um de agosto. Aquilo que foi feito, senhor presidente, já expliquei aqui, pedi ao senhor professor Duque para analisar outras perspetivas que foram discutidas ao longo do tempo e foram discutidas antes do acordo de princípio. E o senhor professor, digo, de forma graciosa, pro bono, como ele diz, aceitou fazer isso sem qualquer custo para o município. E está precisamente a fazer a análise desse documento. Portanto, o senhor não me peça para entregar um documento que não leva toda a matéria, na totalidade, que tem em paralelo de haver um estudo de viabilidade económica, que, como digo, é muito mais complexo porque mexe em tarifários, mexe em investimentos, mexe numa série de situações, que é um documento extremamente técnico, complexo. E, portanto, senhor presidente, eu não vou entregar um estudo que não está completo. O senhor professor cumpriu integralmente o seu contrato. Mas foilhe pedido também para analisar uma outra alternativa que ele, e bem, pro bono, está a fazê-la e ficou de entregar logo que lhe fosse possível.-----------Portanto, senhor presidente, faça-me um favor para não banalizarmos um espaço que eu tenho muito respeito por ele, que é o espaço do debate da democracia. Escreva-me as perguntas, eu responder-lhe-ei do que tenho, do que me é possível responder dos documentos oficiais, e não me peça para outro tipo de coisas que não posso. Eu tenho um compromisso de dever com as pessoas que estão na mesa das negociações.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Já estou esclarecido, senhor presidente da Câmara! Vou-lhe fazer outra pergunta, senhor presidente da Câmara, e para terminar!-----------Ó senhor presidente da Câmara, o senhor referiu aqui que o senhor professor João Duque esteve cá quinta-feira em Barcelos, portanto, foi ontem, quinta-feira. O senhor professor doutor João Duque teve de facto uma reunião ontem com o senhor presidente da Câmara e eu pedi ao senhor professor João



Duque se me poderia facultar o estudo e o senhor professor João Duque disseme: "Compreenderá que o meu cliente é a Câmara e, portanto, terei que pedir autorização ao senhor presidente da Câmara, e se o senhor presidente da Câmara ma facultar eu envio-lhe para o seu email dos serviços municipais a cópia do estudo", que eu imediatamente enviaria para os líderes dos grupos municipais. Eu compreendi perfeitamente e disse ao senhor professor doutor João Duque: "Esteja perfeitamente à vontade". Depois de estar o senhor professor doutor João Duque com o senhor presidente da Câmara, hoje liguei para o senhor professor doutor João Duque a dizer: "Então qual foi a resposta do senhor presidente da Câmara?". E recebi aqui um email agora há momentos que o senhor professor João Duque me enviou. E vou pedir então aqui à senhora doutora Lucinda que leia o email que eu recebi exatamente quanto iniciou a Assembleia Municipal, que me foi entregue pelos serviços, o senhor Linhares. Agradecia que lesse o email que eu recebi do senhor professor doutor João Duque.-----**PRIMEIRA SECRETÁRIA** – "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Município de Barcelos, doutor Duarte Nuno Pinto.----------Na sequência do telefonema em que já lhe expressei esta tarde, oralmente, o sentido da minha resposta, venho pelo presente email reiterar a informação que lhe dei.----------Como é do conhecimento de Vossa Excelência liga-me ao Município de Barcelos uma relação contratual (legal) e profissional que devo privilegiar, apesar do enorme respeito que tenho pelos órgãos democraticamente eleitos pelos munícipes de Barcelos. Nesse sentido, e tendo obtido do Senhor Presidente do Município instrução para deixar ao seu cuidado a comunicação da informação solicitada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, venho remeter Vossa Excelência para o referido órgão, no sentido de recolher junto



dele o que de mim solicita
Estarei naturalmente disponível para explicar e discutir o documento em
causa desde que devidamente encaminhado a Vossa Excelência, de acordo com
o procedimento supra referido
Com o maior respeito e consideração,
João Duque"
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estamos esclarecidos, senhor presidente da
Câmara, não preciso da sua resposta nem verbal, nem por escrito
Vamos agora fazer um intervalo de quinze minutos e convoco os líderes
dos grupos municipais para a sala respetiva em que costumámos reunir
(Registou-se um intervalo de quinze minutos)
Senhores deputados, agradeço que regressem aos vossos lugares!
Vamos recomeçar então os trabalhos da Assembleia Municipal
extraordinária após este intervalo que foi mais do que o previsto, mas
agradecemos a vossa compreensão
Portanto, como tinha dito, agora as intervenções são de três minutos, é a
segunda ronda, vamos dar em primeiro lugar prioridade aos senhores
deputados que não intervieram e que manifestem intenção de intervir
Aceitam-se inscrições!
Naturalmente os senhores deputados que já intervieram têm o direito de
voltar a intervir, mas vamos fazer aqui um desfasamento de um minuto, que já
passou
Estão esgotadas as inscrições e para que o procedimento fique bem
explícito, depois destas intervenções o senhor presidente da Câmara usará da
palavra se assim o pretender, e poderá haver mais alguma intervenção para
defesa da honra, e eu tomarei a palavra no final
As intervenções são de três minutos, tem uma tolerância de cerca de



meio minuto.----------Tem a palavra a senhora deputada Sameiro Serra.-----**DEPUTADA DO CDS-PP – Sameiro Serra** – Boa noite a todos.----------Na pessoa do senhor presidente vou cumprimentar todos os presentes aqui nesta Assembleia.----------Eu vou durante alguns minutos destituir-me do meu cargo de presidente de Junta, sei que isso legalmente não é possível, mas vou fazê-lo.----------Aquilo que eu vou dizer aqui tem tudo a ver com a opinião de uma simples e humilde cidadã do concelho de Barcelos em relação a este assunto.----------A opinião que vou emitir aqui é a minha opinião desde o início deste processo. Nunca pus em causa naquela altura em que toda a gente acusava o executivo, e nunca vou falar aqui nem sequer do senhor presidente, porque acho que esta questão de estarem agora a tentar incutir toda a culpa no presidente da Câmara acho que não é correta porque há aqui muitos culpados, aliás, se calhar, todos nós aqui somos culpados deste caso ainda não estar resolvido, e daqui a bocado explico porquê, todos temos uma quota-parte de responsabilidade nisso, não é só o senhor presidente da Câmara.----------Eu como cidadã e como pessoa que sempre fui atenta às lides políticas e não participando na vida política até aos trinta e tal anos, mas fui sempre uma cidadão muito atenta, dei de barato e nunca mais sequer questionei o senhor presidente da Câmara ou o executivo camarário do PS neste caso em relação à promessa que foi feita, porque eu, como sou uma pessoa esclarecida, sempre tive a noção de que aquela promessa não era mais do que uma alienação de um período eleitoral que eu compreendi, não sendo o meu estilo, mas que naquela altura eu compreendi, mas depois como cidadã pensei se calhar se o PS ganhar a Câmara no dia seguinte vai tomar consciência, vai pôr os pés na terra, porque durante as campanhas eleitorais as pessoas andam muito com a cabeça no ar e



com os pés no ar, eu pensei, para bem do concelho de Barcelos, o executivo do PS vai vir a público e vai dizer "OK, caros barcelenses, nós errámos, prometemos uma coisa que por força das circunstâncias, e não é por culpa das pessoas que estavam no executivo, é simplesmente por culpa das circunstâncias, não vai ser possível fazer". E se calhar teríamos evitado este desgaste de sete anos, meus amigos, sete anos em que se perderam, já não vou falar no dinheiro que se perdeu, que foram milhares, mas isso já nem vou falar, horas, minutos, centenas de dias e de tempo que está a ser necessário e continua a ser necessário noutras áreas. Eu lembrava-me há pouco áreas como a educação onde faltam funcionários neste momento, por exemplo, para fazer com que a escola funcione devidamente; na área da saúde. Esse tempo fez falta para outras áreas que não esta. E andámos aqui há sete anos a desgastar as nossas energias com um assunto que podia ficar resolvido no dia a seguir às eleições se houvesse humildade política de assumir que realmente prometeram uma coisa que não dependia deles. Não dependia deles e não dependeria de qualquer presidente da Câmara, qualquer executivo que entrasse para a Câmara de Barcelos. Eu não posso prometer uma coisa da qual eu não sou responsável. E naquele momento a Câmara Municipal de Barcelos já não era responsável pelas águas. Eu não posso chegar a uma entidade pública e ir a um privado e dizer: "Ok, meu amigo, tu não tens razão, isso que tens aí eu vou decidir sobre o teu negócio". Não pode. E aquilo que eu achei durante este tempo todo e os meus colegas de partido já me ouviram, mesmo muitas vezes não concordando e têm esse direito, já me ouviram a ter esta opinião, a dizer como é que as pessoas acreditam numa coisa que é impossível. E o problema é que essa impossibilidade tem condicionado e vai condicionar o futuro do concelho de Barcelos.----

-----Aquilo que eu pedia sinceramente como cidadã era para deixarmos a



partadarite de lado. Eu outro dia dizia numa reunião, e também os meus colegas não gostaram muito, que o próximo ou a próxima presidente da Câmara, porque o lugar não está só afeto aos homens, que teria que ser uma pessoa despartidarizada, despolitizada, para resolver este assunto. Porque só uma pessoa que não tenha inquinamentos partidários... e disseram-me assim "Ah, mas tu estás num partido", e estou com todo o gosto, com toda a honra, não era filiada, filiei-me no dia seguinte a ser eleita para a Junta de Freguesia pelo meu partido, porque o partido não vai fazer a minha opinião nunca, nunca deixaria que isso acontecesse. E por isso não me faz confusão nenhuma ser filiada num partido.---------E aquilo que eu acho é que tem que haver bom senso, temos que todos pensar que estamos a jogar com a vida das pessoas e estamos a pôr em risco a vida das pessoas. Há muitos cidadãos em Barcelos que vivem com dejetos a passar à porta deles e isto não é do primeiro mundo, isto é terceiro-mundista, e nós todos pactuamos com essa situação só porque houveram pessoas que se lembraram fazer uma promessa. Era a mesma coisa que em Carvalhal, por exemplo, me lembrasse, para ganhar umas eleições, dissesse que ia construir um aeroporto. Eu comparo muitas vezes isso. Claro que nenhum presidente da República, nenhum primeiro-ministro me ia receber baseado nesta promessa.--------Obrigada e bom senso acima de tudo.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra o senhor deputado Adélio Miranda.-----**DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda** – Boa noite a todos. la pedir-lhes para terem um bocadinho de paciência porque neste momento já há pouca paciência com certeza, haverá nos presentes sobretudo cansaço, confusão e desilusão para não dizer deceção. É o que eu sinto com muita tristeza minha.-----------Hesitei muito em vir aqui falar, vou procurar cumprir as ordens do senhor



presidente da Assembleia, não sem lhe lembrar que se um dia os barcelenses quisessem que ocupasse esse lugar não copiaria nada do que o senhor presidente tem feito nas últimas sessões. Nas primeiras, sim, gostei do seu trabalho, no seu início. Hoje, digo-lhe com muita tristeza, tenho muito respeito pessoal por si, hoje foi uma deceção para mim, porque um presidente da Assembleia no momento em que é instituído como presidente de uma mesa de uma Assembleia Municipal passa a ser presidente e representante de todos os barcelenses!----------Dito isto, sobre a água, muito rapidamente. Queria dizer que foi um dossier que nunca acompanhei com muita acuidade, mas acompanhei com atenção naturalmente como político barcelense interessado em todos os setores, com o necessário distanciamento emocional, nunca me deixei emocionar por este processo. Acho que foi o que aconteceu, muita emoção, pouca ação, pouco discernimento.----------Queria dizer que neste dossier foi feita muita coisa que não deveria ter sido feita e não foi feito aquilo que devia ter sido feito. Do que não foi feito e devia ter sido feito eram os ramais, terminar os ramais, acabar o saneamento, fazer um acordo com a empresa nos primeiros tempos, seguir em frente, e hoje os barcelenses com um bocadinho de custo mas todos terem acesso à água e ao saneamento que é o que se exige a uma cidade e a um concelho em pleno século vinte e um. Isso não foi feito e deveria ter sido feito.----------Tinha aqui várias perguntas elencadas, depois, respeitando a vontade do senhor presidente da Câmara, irei fazê-las chegar para resposta.----------Senhor presidente, queria-lhe chamar agora a atenção do que fez e que não deveria ter feito.----------Olhe, gastou muito dinheiro com advogados, gostava que um dia me dissesse quanto.-----



Gastou muito tempo e muita energia com estes processos, também
gostava que quantificasse
Fez divisão política no concelho e no seu próprio partido, com certeza
culpa dos dois lados, não só seu, mas dos outros
Quanto se gastou em comunicação?Quanto se gastou em comunicação?
Porque nunca informou os partidos da oposição? É uma coisa
extremamente lamentável
Qual o motivo deste processo ter tanto secretismo? De ser tão pouco
debatido na opinião pública, não haver uma informação adequada, uma
informação pausada, uma informação no tempo adequado?
Para terminar, queria dizer o seguinte, eu não me queria alongar, vou ver
se cumpro os trinta segundos
Depois deste extenso formulário de perguntas que aqui tinha e depois
lhe farei chegar, tem que haver respostas, ou melhor, tem que haver soluções.
O beco sem saída em que se transformou o problema da água é uma imagem
certificadora e comprovativa da inércia, da má condução, da má negociação e
da pior argumentação aplicada neste processo
Barcelos sofre de uma imagem desgastada, de um concelho mal dirigido
e mal planificado
Este caminho que nos levou a esta situação não é da exclusiva
responsabilidade do senhor presidente da Câmara, ao contrário do que querem
fazer crer. É sim da responsabilidade da política planeada e executada pela
cúpula do Partido Socialista concelhio e vertida para o executivo através do seu
presidente e dos seus vereadores
O PSD como grande partido da oposição, partido responsável e
consciente, não quer ser parte do problema, quer se parte da solução. Como
sempre foi feita estas afirmações inclusive pelo nosso líder, nós estamos



disponíveis para analisar a melhor solução que viesse de estudos feitos por pessoas conceituadas, como seria o caso naturalmente do professor Luís Duque, e colaborar para a solução do problema, unicamente por uma razão: pelos barcelenses, só por eles e para eles, porque é justo, é urgente e eles merecem que se resolva este problema.-----------Antes de ir para o lugar, senhor presidente da Assembleia, queria que sentisse o meu desabafo não como uma crítica pessoal, tenho muito respeito por Vossa Excelência e o respeito que tenho irei mantê-lo exatamente intacto, mas considero que o senhor presidente, embora o que fez hoje politicamente possa interessar a alguém, quero-lhe dizer que não dignifica nem engrandece a imagem desta grande Assembleia Municipal tomando essa postura que tomou.-------Muito obrigado, eu sou um homem frontal, digo aquilo que sinto.------------Boa noite.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado Adélio Miranda.---------Senhor deputado Adélio Miranda, ia-lhe sugerir que voltasse a ler, que leu várias vezes, a legislação que regula o funcionamento da Assembleia Municipal e as competências do presidente da Assembleia Municipal. E eventualmente o senhor deputado não tem presente as responsabilidades que eu tenho, mas que o líder do seu partido recebeu, a comunicação que eu recebi do Tribunal de Contas. No início de agosto recebi uma comunicação do Tribunal de Contas sobre este dossier a chamar a atenção sobre a minha responsabilidade, a minha responsabilidade. Não olhe só para a legislação para representar protocolarmente determinados atos e para ajudar a tirar o fogo-deartifício! A minha responsabilidade perante o Tribunal de Contas, a minha responsabilidade de comunicar a todos os grupos municipais, como eu fiz, relativamente a este assunto! E a minha intervenção, tenho também o direito



da defesa da honra, a minha intervenção é no interesse de todos os cidadãos do concelho de Barcelos! Se o senhor deputado voltar a ler a legislação que regula o funcionamento da Assembleia Municipal, compete-me a mim canalizar todas as perguntas e todas as questões ao senhor presidente da Câmara Municipal! Está lá taxativamente escrito! Eu tenho uma responsabilidade perante o seu líder do grupo municipal! Como tenho uma responsabilidade por todos os líderes dos grupos municipais quando põem questões, e se isso não for verdade que venham aqui intervir, e eu imediatamente canalizo para o senhor presidente da Câmara! Imediatamente e democraticamente pressiono o senhor presidente da Câmara pelas respostas. E foi isso o que eu fiz hoje! Foi isso o que -----Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso.-----**DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Senhor presidente, muito** obrigado.---------Eu quebrei hoje aqui uma regra, não é uma regra, é uma promessa que eu fiz, que eu já tinha dito aqui que não voltava a falar mais do assunto da água, mas o meu partido pediu-me para que interviesse e comunicasse, e mantenho tudo aquilo que eu disse na minha intervenção.-----------Estes dois minutos e meio, se for mais um bocadinho se o senhor presidente me permitir, eu queria dizer pouca coisa. Uma, digo sinceramente, ultimamente ando a ponderar seriamente abandonar esta Assembleia Municipal. E vou dizer porquê. Já ando aqui há alguns anos e acho que é preciso rodar, mas acho que a condução dos trabalhos não tem sido exemplar, senhor presidente. Todos nós temos aqui a nossa responsabilidade, todos nós aqui fomos eleitos. Temos aqui a nossa discussão política quer se goste ou quer não se goste e cada um defende as suas ideias. Eu tenho a certeza que cada um as defende convictamente e nos bons interesses do concelho, mas existe o poder e



existe a oposição, e por isso que a oposição tem uma responsabilidade importante na fiscalização dos trabalhos feitos pelo executivo.----------O CDS sempre pautou pela serenidade apesar dos arrufos ou da troca de argumentos que têm existido entre o executivo e o CDS, mas sempre tentou contribuir com soluções para este problema.----------Este problema para mim terá uma solução, vai ser o tempo que vai defini-la, não acredito que vá ser nesta legislatura, ou neste mandato, não acredito. E só não se resolveu por aquilo que eu disse na minha intervenção ou por falta de vontade política. Porque era extremamente simples resolver esta situação, mas para isso tinha que haver humildade e reconhecer os erros, e os erros são de todos, mas principalmente do executivo e do Partido Socialista. O Partido Socialista foi quem fomentou esta questão. O CDS foi acusado muitas vezes de votar favoravelmente a concessão da água. É sim, senhora, mas hoje sabemos que quase todo o concelho está coberto. Se fosse com a condução do município ainda hoje, se calhar, nem cinquenta por cento estava realizado e toda as pessoas querem ter água potável em casa e querem ter uma rede de saneamento. Essa é que é essa. E o instrumento na altura utilizado foi a concessão a privados. Claro que o contrato é leonino, todos sabemos, quem é a empresa que arrisca? Quem era? O próprio Estado não arriscou! Teve que recorrer a privados! Há que meditar sobre os problemas que daí advieram e agora temos um problema em mãos que eu acho que tem uma solução! Eu defendo uma solução! Acho que era negociar com a empresa, continuar com a concessão e se se tivesse que aumentar, isto sou eu que estou a dizer pessoalmente, não é o meu partido, se tiver que aumentar o tarifário tem que ser, há um preço a pagar pela modernização, há um preço a pagar por todos. Porque há uma coisa, há uma coisa: ele não cai do céu e alguém tem que pagar. E o município se quer fazer o resgate vai ter que ir buscar milhões. E eu não



acredito que durante os próximos tempos e nas funções que eu desempenho profissionalmente, no cargo que ocupo e que foi à CRESAP, senhor presidente, fui avaliado, sei das dificuldades financeiras que o país está a atravessar. E esta matéria que nós temos aqui em mãos não é de somenos nem é de brincadeira, estamos a falar de milhões e quem paga somos todos nós, fruto do nosso trabalho, fruto dos impostos que pagámos, e não se deve brincar com isto. E o CDS sempre pautou por isso, senhor presidente. E deixe-me só dizer uma coisa, senhor presidente: acho que todos vamos refletir na condução e nas Assembleias que temos feito, porque isto não dignifica nem os barcelenses, nem a democracia.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais.-----**DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Secretários,** Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas, Barcelenses.-----------Os serviços de água e saneamento são indicadores da qualidade de vida para as populações.----------Em sete anos o executivo PS nada fez pelo desenvolvimento das redes de água e saneamento.----------Em sete anos Barcelos foi o município que menos investiu e está na cauda dos municípios responsáveis.----------Independentemente do modelo para a exploração, concessão, municipalização ou PPP são necessários estudos sérios para saber qual o melhor modelo para o concelho.-----------Uma decisão desta magnitude não pode ser tomada pelo presidente da Câmara na base da ligeireza, do empirismo, do verbalismo e do achismo.-----



Em dois mil e nove o presidente da Câmara achou que a AdB tinha de
baixar cinquenta por cento
Como foi incompetente, o executivo do Partido Socialista achou que
devia ir para tribunal
Após a condenação, acharam que o tribunal não tinha razão
O executivo do Partido Socialista achou que pagar mais milhões em juros
era melhor que negociar
Em dois mil e catorze o PS continuou a achar que não devia fazer o
reequilíbrio financeiro
Em novembro de dois mil e quinze o PS achou que devia fazer o resgate
No início de dois mil e dezasseis o Partido Socialista achou que podia
comprar setenta e cinco por cento do capital
E em maio acharam que eram incompatíveis, senhor presidente,
senhores deputados
Entretanto, o senhor presidente da Câmara achou que devia comprar um
estudo por vinte e cinco mil euros ao professor João Duque. Mas achou que o
resultado do estudo não seria o melhor. Por isso, achou que não devia entregar
o estudo aos partidos
E já em novembro de dois mil e dezasseis achou que devia fazer um
acordo verbal e achou que sozinho podia mais do que o coletivo da Câmara
Antes achou que devia gastar mais noventa mil euros num estudo
económico e acha que a entrega deste novo estudo daqui a seis meses não tem
importância, porque acha que o resultado não é para levar em conta, senhor
presidente, senhores deputados
Agora, mais do que estes dezasseis achismos é preciso realismo e saber
Para cada uma das soluções (resgate, alteração da concessão ou PPP),
qual vai ser a dívida colossal que a Câmara vai contrair?



Para cada caso, quais serão os encargos (amortizações e juros) com tal
financiamento?
E por quantos anos, senhor presidente e senhores deputados?
Qual o valor das dívidas da AdB que ficarão perdoadas? E as obras que
faltam fazer?
Qual o orçamento das obras de interconexão de redes de água e
saneamento que se encontram construídas desde dois mil e nove?
Qual o orçamento para a construção de ETAR's para exploração das redes
já construídas?
Qual o orçamento para a construção de reservatórios de água?
Qual o orçamento para a conservação e construção de estações
elevatórias de saneamento?
Qual o orçamento para a pavimentação ou requalificação das estradas
danificadas pelas empreitadas de construção de redes de água e saneamento
(trinta milhões de euros foi o valor avançado pelo presidente da Câmara na
conferência de imprensa de um de setembro de dois mil e quinze, no rescaldo
do famigerado caso de Negreiros)?
Assim, ao encargo financeiro referente ao resgate, senhor presidente,
senhores deputados, alteração da concessão ou PPP, consoante o modelo a
adotar, poderão acrescer estimativas de encargos superiores a mais de
cinquenta milhões de euros
Hoje qual é a vossa estratégia séria e sem achismos, senhor presidente?
Não têm rumo
Negociações secretas?
Afinal querem hoje o que quiseram em dois mil e nove: negociações sete
anos depois? Querem hoje negociações que não quiseram em dois mil e nove,
mas com uma grande diferenca, senhor presidente e executivo do Partido



Socialista: hoje estão a negociar com uma mochila às costas, uma mochila com cento e setenta e dois milhões de euros, senhor presidente da Câmara. E dobrados pelo peso dessa mochila que vai a caminho de duzentos milhões, senhor presidente da Câmara. O exemplo supremo do que não deve ser um presidente da Câmara e um executivo municipal, senhor presidente! Um presidente tem que ter dignidade e assumir a responsabilidade pelos atos que pratica. Só resta pedir desculpa aos barcelenses e serem consequentes.----------Disse.-----Disse. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----**DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente.---------Dizer o seguinte:-----------O Partido Comunista na reunião de líderes, e já disse isto, esteve de acordo com a realização desta Assembleia no sentido de que tudo deve ser feito para aprofundar a competência fiscalizadora e o direito à informação que esta Assembleia tem.-----------Mas, na mesma altura e na mesma reunião, a ata o pode comprovar, coloquei sérias reservas quanto à possibilidade de transformar esta Assembleia num circo, pode não ser a palavra mais adequada, mas foi a que utilizei na altura, e tentar com esta Assembleia que o Partido Socialista sacudisse responsabilidades, imputando-as a uma só pessoa, que também as tem, mas não podendo deixar aqui de referir que a grande responsabilidade desta situação, ou com parte desta responsabilidade, é do Partido Socialista pela falta de estratégia política desde o primeiro momento. E esta Assembleia fugiu exatamente àquilo que eram os pressupostos. Continuou-se com a retórica, com a demagogia, com as acusações, e fugindo ao fundamental: que era perceber o que é que está realmente a acontecer e perceber se, por exemplo, o



próprio Partido Socialista continua aberto à remunicipalização da água, porque nunca o defendeu. Teve é, confrontado com a responsabilidade, a necessidade de se abrir a essa possibilidade.-----------Depois, não quero deixar de referir que figuei com a sensação, e com pena minha, e com má imagem da Assembleia Municipal também, que os legítimos pedidos de esclarecimentos que estavam aqui a ser feitos, e que foi para isso que se fez a Assembleia, estavam a pouco e pouco a transformar-se numa espécie de interrogatório e isso não é possível aceitar-se numa Assembleia Municipal. As questões devem ser colocadas todas, nada deve ficar por questionar, nada deve ficar por esclarecer, mas o tom indica muito a forma como nós estamos nesta Assembleia Municipal e tive essa sensação. Na altura, o senhor presidente da Assembleia Municipal garantiu-me que ia salvaguardar esta tendência ou esta possível deriva: fugir do essencial. Com pena minha, julgo que foi o maior promotor dessa situação.----------Posto isso, para terminar rapidamente, dizer o seguinte ao senhor presidente da Câmara porque é para isso que eu cá estou, porque eu já não tenho mais nada para dizer sobre este dossier da água, porque nada se alterou nos últimos cinco anos. E o ponto da situação é só um: uma concessão ruinosa da responsabilidade do PSD e uma indemnização de cento e setenta e dois milhões da conjugação dessa concessão mais a falta de estratégia política do Partido Socialista. E isto é uma situação grave! E é uma situação que ninguém quer assumir responsabilidades e poucos deputados apresentam realmente quais são as soluções que defendem. Veio aqui o deputado José Manuel Cardoso, mas aquilo que ele quis dizer no fundo foi vamos lá agravar o que já é grave. Ou seja, agravar as cláusulas ruinosas e dolosas que estão no contrato de concessão. Que no fundamental é aquilo que também o PSD tem vindo a defender ao longo de vários anos.-----



------Posto isto, dizer ao senhor presidente:----------Nós temos este ponto da situação, portanto, eu não me estou aqui a guiar por notícias dos jornais embora elas sejam importantes, eu só usei a notícia dos jornais, não afirmando que elas são verdadeiras, não tenho nada para duvidar, mas no sentido se o senhor presidente as confirmava. Portanto, não há uma guia dos jornais, há uma análise da realidade.----------------------------E dizer o seguinte:----------Posto a situação grave que nós nos encontramos, que soluções é que o senhor presidente tem e nessas soluções cabe a remunicipalização da água?---------E tendo em conta aquilo que tem sido dito e parece que então sempre existe o acordo verbal, não sabe os pressupostos do acordo, mas convínhamos, senhor presidente, eu não quero um relato do acordo porque ele nem existe em escrito, mas tem traves mestras, tem linhas orientadoras, e nessas linhas orientadoras tem o princípio com o qual a Câmara Municipal de Barcelos quer seguir o caminho que quer seguir, e eu quero saber se esse acordo pressupõe a remunicipalização da água. Se não, o que é que pressupõe? A aquisição de capital? Qual é a aquisição do capital? Isso deve estar definido! Porque isso são aspetos fundamentais! Não é pormenores que eu estou a pedir! São as linhas mestras desse acordo! E desse, convínhamos, senhor presidente, o senhor tem condições de me responder agora. Como tem condições de me responder se ainda continua aberta a remunicipalização da água, que isso é o que me preocupa mais. Tudo o resto são fait divers, são discussões paralelas, algumas com justiça, outras injustas, mas tudo para fugir à questão essencial, que é a responsabilização de dois partidos políticos, PSD e PS, e a fuga que esses partidos querem fazer daquilo que é a solução essencial, que é a remunicipalização da água, porque ideologicamente estão coniventes com a privatização e a entrega de recursos públicos aos interesses dos privados.-----



------Disse.------**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo. Tem a palavra o senhor deputado José Paulo Matias.-----**DEPUTADO DO PS – José Paulo Matias** – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----------Há pouco quando o senhor presidente da Câmara me desafiou a dizer que eu me estava a ver ao espelho, quero dizer que não estava a ver ao espelho, estava a ver documentos e vou-lhe ler, senhor presidente da Câmara.----------No documento treze, que é da Somague e Hidurbe, apresenta três hipóteses de solução:----------Que é a revogação, por mútuo acordo, do contrato de concessão, portanto, a remunicipalização que se falou;----------Em segundo lugar, a transmissão da totalidade das participações sociais detidas pela Somague Ambiente e pela Hidurbe no capital da Águas de Barcelos, S.A.;----------E tem uma terceira hipótese, que será os tais quarenta e nove/cinquenta e um.----------Que admito todas as hipóteses, mas na segunda hipótese, depois faz uma descrição, no ponto cinco diz assim: "A Somague Ambiente e a Hidurbe apresentam esta proposta de transmissão da totalidade das suas participações sociais no capital da Águas de Barcelos, S.A., embora refiram que conforme notícia publicada no jornal regional Barcelos Popular, e citando Vossa Excelência, a ERSAR terá já "chumbado" esta solução proposta". Portanto, isto está escrito num documento que o senhor nos entregou.----------Relativamente ao parecer que a ERSAR escreve aproveito também para o ler todo já que me desafiam a fazer, este foi uma resposta aos excelentíssimos



senhores vereadores Domingos Pereira, José Carlos Brito, Alexandre Maciel e
Maria Elisa Braga, com data do dez do dez, quando o outro documento que li há
bocado era de três do dez, e diz assim:
"Excelentíssimos Senhores
Acusamos a receção do vosso pedido, ao qual prestámos a melhor
atenção
No seguimento do solicitado, vimos por este meio informar que à ERSAR
não foi solicitado nenhum parecer sobre a possibilidade de aquisição pelo
Município de Barcelos de setenta e cinco por cento do capital social da empresa
Águas de Barcelos
De referir, igualmente, que nos últimos cinco meses não foi emitido
nenhum parecer da ERSAR sobre a concessão dos serviços de abastecimento e
saneamento de águas residuais cometido à Águas de Barcelos
A ERSAR tem, contudo, mantido contactos com a Câmara Municipal de
Barcelos, no sentido de ultrapassar a situação litigiosa que ocorre entre
concedente e concessionária, manifestando desde já toda a disponibilidade para
a ultimação deste processo"
Portanto, o que aqui digo, e que se é mentira, a mentira que aqui consta
é dizer que foi pedido um parecer e não foi pedido parecer nenhum
Quanto a outras questões relacionadas com aquilo que temos estado
aqui a discutir esta noite
Penso que tivemos a oportunidade de assistir a discursos mais ou menos
inflamados, mais ou menos focalizados, mais ou menos eleitoralistas, enfim,
assistimos a tudo
Queria dizer ali ao Mário que o Partido Socialista foi a favor da
remunicipalização quando em novembro votou a favor da remunicipalização
pela aquisição dos oitenta e sete milhões



-----O que quero dizer é que o desafio que foi feito é se nós somos ou não a favor. O Partido Socialista, se votou favoravelmente essa proposta, é, e disse-o na altura, favorável à remunicipalização.----condições que se puserem for impossível a remunicipalização, não há condições económicas, não há soluções, poderemos ter de pensar, nós também temos pensado em várias soluções, não andámos a dormir. Quando se pôs a possibilidade dos setenta e cinco por cento a questão era tão simples quanto isto: nós queríamos evitar o processo em tribunal e ao evitarmos o processo em tribunal, se detivéssemos a maioria do capital social da empresa, certamente conseguiríamos travar o litígio em tribunal. A concessão, os cento e setenta e dois milhões, isso acabava, e teríamos condições de ultrapassar essa questão por essa via. Isto é evidente que é realismo, não é só utopia, tem muito a ver com as situações concretas. Para nós preferencialmente e ideologicamente a remunicipalização é o melhor.----------Queria também agora aqui dizer que me parece da discussão tida que estamos a dar um flanco muito grande aos particulares. Nós estamos a negociar um contrato com privados que por vezes estamos a dar-lhes o flanco para eles explorarem um bocadinho todas as condições. É isso que me parece quando eu dizia na primeira intervenção. A fragilidade demonstrada já está a permitir de facto a interpretação que eu tenho o direito de fazer, tenho legitimidade para a fazer, está a permitir que os particulares estejam a querer esticar a corda.----------Queria também aqui e agora fazer a última pergunta, o último desafio, que é o seguinte:----------Eu penso que neste momento a questão principal que se põe aos barcelenses é que eles guerem saber se temos ou não condições de resolver este problema até às próximas eleições autárquicas. Penso que era uma meta e um objetivo que deveríamos aqui estabelecer e pelo qual nos deveríamos bater.



E também quanto é que isso vai custar. As tais traves mestras que se poderiam pôr é saber minimamente os custos que temos na solução apresentada.-----------E por isso eu gostaria de pedir ao senhor presidente se consegue neste período que medeia, quase um ano, agendar com todas as exigências legais a possibilidade de dar uma resposta cabal e neste prazo. A questão que eu gostava de lhe deixar é essa, se é possível de facto chegarmos a um acordo no prazo de um ano para resolver este conflito.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Ilídio Torres. É a última inscrição.-----**DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres** – Obrigado, senhor presidente.----------Eu cheguei há dois anos a esta Assembleia Municipal muito verde, mas disse logo na altura que aprendia rápido. E tenho aprendido algumas coisas e das coisas que tenho aprendido uma importante: que é começar a saber prever o que vai acontecer. E relativamente a esta Assembleia Municipal previ que acontecesse isto. E previ porque esta é a prática política do município. Não é só em relação à água, é em relação a uma série de outras coisas. E não é só de agora. Não é só agora que o senhor presidente da Câmara está nesta posição, sozinho, contra moinhos de vento, não é só agora. É já anterior. Portanto, a falta de informação é uma constante nestes dois anos em que eu já cá estou.---------Entrei mais ou menos por esta altura e gostava de relembrar uma data que é importante e é importante para o Bloco de Esquerda.-----------A treze de novembro de dois mil e quinze o Bloco de Esquerda chegou aqui com uma moção pela minha mão, já, que dizia "Pela Remunicipalização da Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Barcelos", foi chumbado pelo Partido



------Mais tarde, eu próprio aqui, quando já isto andava a arder, fiz uma moção de censura ao executivo e o PS votou contra e depois disse "vocês se têm melhorado ali algumas coisitas a gente até votava a favor".----------E agora estamos assim nesta situação sui generis de um Partido Socialista dividido, que está a contribuir decisivamente para a vitória destes senhores que estão aqui à minha frente (PSD) e isto é o pior que pode acontecer para Barcelos. É o pior que pode acontecer para Barcelos! E o caminho está traçado! Mas não se preocupem que daremos luta da forma que melhor sabemos, que é confrontando-os com as vossas responsabilidades. Ε as responsabilidades, senhor Novais, é a tal mochila que puseram às costas destes senhores. Foram vocês que puseram a mochila às costas destes senhores! Foram, foram! Fizeram um contrato ruinoso, indecente, imoral relativamente à concessão de água e saneamento!!!----------Ponto final.-----------Depois, o Partido Socialista durante estes anos que cá está tinha a obrigação moral de ter resolvido o assunto e andou sucessivamente a adiar soluções.---------Já aqui historiaram de todas as formas isto. Isto é andar em círculo e eu não vou sequer referir-me a isso.----------Dizer só que qualquer uma destas três propostas que estão em cima da mesa hipotecam o futuro de Barcelos, quer os senhores queiram quer não, mas tem que se dar um fim a isto, não podemos andar eternamente à espera de uma solução. Não podemos esperar chegar ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e dizer-lhes: "Ah, afinal, realmente vocês têm razão e tal, não pagam nada", quer dizer, não podemos. Tem que haver uma estratégia.----------O senhor presidente que me desculpe, eu sou uma pessoa intelectualmente honesta e tenho a si também como uma pessoa honesta,



habilidosa, muito habilidosa, muito hábil nestas coisas da política, mas isto não pode viver de secretismo! Não pode viver de secretismo! As coisas têm que ser democraticamente faladas, tem que chegar a esta Assembleia, como o Mário referiu, e bem, as traves mestras das coisas, não podemos refugiarmo-nos em nada. Não se diz nada, não se faz nada, andamos aqui às voltas num jogo político de que quem sai perdedor é uma única parte: os barcelenses. E são esses que eu defendo.-----------Depois também quero dizer ao Mário Figueiredo o seguinte:------------O Bloco é sempre chamado nas tuas intervenções, "vocês não apresentam soluções". Que soluções apresentou o Partido Comunista? A solução que o Partido Comunista tinha era rasgar o contrato. Onde é que isso nos levava? Levava-nos a algum lado? É essa a solução que o Partido Comunista tem para nos apresentar?----------O Bloco de Esquerda tem uma posição coerente ao longo dos tempos nesta Assembleia! Foi sempre a favor da remunicipalização dos serviços e é isso que se continuará a bater.----------Eu não tenho muito mais a dizer, farei chegar as minhas questões ao senhor presidente da Câmara naturalmente e espero que me venham com dados concretos, sem evasivas, porque nós não andamos agui a brincar e não gostamos que brinquem connosco.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Portanto, esgotadas as inscrições, senhor presidente da Câmara, faz favor então de usar da palavra.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Apenas dois comentários:----------Senhor deputado José Novais, eu gueria que fizesse um pequeno esforço,



porque o senhor ao chegar aqui e dizer que o resultado do estudo não seria o melhor não tem nada uma coisa a ver com a outra, atenção! Aquilo que foi analisado foram situações específicas: resgate, setenta e cinco/vinte e cinco e a alternativa que verbalmente foi acordada. E, portanto, não está aqui em questão a qualidade do serviço do senhor professor João Duque. O senhor disse aqui que o resultado não seria o melhor, isto tem a ver objetivamente com as soluções e as alternativas que se pede para serem estudadas. Portanto, não queria que ficasse aqui dúvida sobre a qualidade do trabalho do senhor professor João Duque.----------Senhor deputado José Paulo Matias, ainda bem que leu o ofício todo até ao fim, assim é que é correto, e os senhores hoje estão aqui a tentar que eu divulgue aqui pormenores de um contrato verbal ainda. E se eu divulgasse algum pormenor disso, porque ele ainda não está estabilizado do ponto de vista escrito, amanhã vinham dizer que eu tinha dito que estava lá mas afinal depois acabou por não se conseguir pôr no contrato. Quer dizer isto o quê? As reuniões que tenho tido com a ERSAR, e vou-lhe explicar como é que isto funciona, naturalmente que as alternativas que vão sendo sugeridas de forma informal são apresentadas na ERSAR, porque se eu fosse a fazer a formalização de um processo destes demora meses. E o objetivo, como eu expliquei há pouco, é quando se consolidar aqui será depois aprovado pela Assembleia antes, senhor deputado. Eu vou levar aquela proposta que está estabelecida como acordo à ERSAR se podemos ou não trabalhar naquela solução. Porque se a ERSAR me disser informalmente que não é viável, que chumba, eu nem lá a apresento. Não sei se me fiz entender? Portanto, foi este o modelo. Quando me perguntaram dos setenta e cinco/vinte e cinco eu disse "se o apresentar a ERSAR chumba", porque já tinha informalmente posto a questão em cima da mesa. Mas ela está a ser analisada de qualquer maneira.-----



A segunda, senhor deputado, não se iluda e não enganemos as pessoas.
Não venha com essa falácia, eu não sou jurista, mas estarão aqui vários, de que
ao adquirir os setenta e cinco por cento trava a sentença. Mentira!
Juridicamente não é possível! O senhor iria entrar em guerra jurídica outra vez!
Não tenha dúvida! Mas informe-se devidamente aquilo que eu lhe estou a dizer.
Porque depois criam-se ilusões e isto não são ilusões, são coisas objetivas
À questão que diz se é possível antes das eleições, se depender de mim
será, mas os senhores é que vão decidir. É possível muito antes do próximo ato
eleitoral, mas os senhores é que vão decidir isso aqui, não sou eu
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara
Eu pedia aos líderes dos grupos municipais que viessem aqui falar
comigo. Faz favor, é só um minuto
(Interrupção momentânea)
Vamos terminar esta sessão da Assembleia Municipal, que vai ser
suspensa, é uma decisão minha, está dentro das minhas competências, os
senhores deputados podem ler o regimento, quem tiver dúvidas, os líderes dos
grupos municipais não tiveram. Vamos dar tempo ao senhor presidente da
Câmara para de facto transformar esse acordo verbal nas traves mestras,
utilizando aqui uma expressão que foi utilizada, por escrito
A próxima sessão vai continuar no dia dezoito de novembro, o município
vai gastar mais dez mil euros, mas, senhor presidente da Câmara, a iniciativa é
minha, a mim o senhor não me tira o pelouro! A mim o senhor não tira o
pelouro!
Está terminada, continuamos no dia dezoito de novembro, se até lá
tivermos as respostas iremo-nos pronunciar
Muito boa noite, bom regresso



de
a,
lo
-



ÍNDICE

Ata nº 5 de 04 de novembro de 2016

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
04	Intervenção do Público
10	Período da ordem do dia
10	Análise da situação do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Barcelos